



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE MATEMÁTICA E
TECNOLOGIA
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM
MATEMÁTICA EM REDE NACIONAL



NAIANE FERREIRA SOUZA

**PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE MATEMÁTICA NAS ESCOLAS
PRISIONAIS: PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES**

CATALÃO
2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE MATEMÁTICA E TECNOLOGIA

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese

2. Nome completo do autor

Naiane Ferreira Souza

3. Título do trabalho

*PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE MATEMÁTICA NAS ESCOLAS PRISIONAIS:
PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES*

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Élida Alves Da Silva, Professora do Magistério Superior**, em 12/05/2020, às 10:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **NAIANE FERREIRA SOUZA, Discente**, em 12/05/2020, às 10:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1316705** e o código CRC **03DF31F2**.

NAIANE FERREIRA SOUZA

**PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE MATEMÁTICA NAS ESCOLAS
PRISIONAIS: PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional da Unidade Acadêmica de Matemática e Tecnologia da Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Matemática.

Área de concentração: Ensino de Matemática.

Orientadora: Profa. Dra. Élide Alves da Silva.

CATALÃO
2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Ferreira Souza, Naiane

Processo de Ensino e Aprendizagem de Matemática nas Escolas Prisionais: Perspectivas e Possibilidades [manuscrito] / Naiane Ferreira Souza. - 2020. 96 f.

Orientador: Prof. Dr. Elida Alves da Silva.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Unidade Acadêmica Especial de Matemática e Tecnologia, PROFMAT Programa de Pós-graduação em Matemática em Rede Nacional Sociedade Brasileira de Matemática (RG), Cidade de Goiás, 2020.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.

Inclui fotografias, abreviaturas, gráfico.

1. Matemática. 2. Escola prisional. 3. Educação. 4. Ressocialização. I. Alves da Silva, Elida, orient. II. Título.

CDU 51



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE MATEMÁTICA E TECNOLOGIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 10 da sessão de Defesa de Dissertação de **Naiane Ferreira Souza** que confere o título de Mestre(a) em **Matemática**.

Em 20 de abril de 2020, às 13h 51min, reuniram-se os componentes da banca examinadora, professores(as) **Dra. Éliada Alves da Silva (IMTec) (orientadora) - à distância pelo RNP, Dr. Thiago Porto de Almeida Freitas (IMTec) - à distância pelo RNP, Dra. Fabiana Tristão de Santana (ECT - UFRN) - à distância pelo RNP** para, em sessão pública realizada na Sala Virtual do Sistema de webconferência da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), procederem a avaliação da Dissertação intitulada "**PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE MATEMÁTICA NAS ESCOLAS PRISIONAIS: PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES**", de autoria de **Naiane Ferreira Souza - à distância pelo RNP**, discente do Programa de Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional – PROFMAT da "UFG-RC/UFCAT em transição". A sessão foi aberta pelo(a) presidente, que fez a apresentação formal dos membros da banca. Em seguida, a palavra foi concedida ao discente que, em 38 min procedeu a apresentação. Terminada a apresentação, cada membro da banca arguiu o examinando. Terminada a fase de arguição, procedeu-se a avaliação da Dissertação, que foi considerado: (X) **Aprovado(a)** ou () **Reprovado(a)**. Cumpridas as formalidades de pauta, às 15h 25min a presidência da mesa encerrou a sessão e para constar, eu Éliada Alves da Silva, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, segue assinada pelos membros da banca examinadora e pelo discente.

Obs. "*Banca Examinadora de Qualificação/Defesa Pública de Dissertação/Tese realizada em conformidade com a Portaria da CAPES n. 36, de 19 de março de 2020, de acordo com seu segundo artigo:*

Art. 2o A suspensão de que trata esta Portaria não afasta a possibilidade de defesas de tese utilizando tecnologias de comunicação à distância, quando admissíveis pelo programa de pós-graduação stricto sensu, nos termos da regulamentação do Ministério da Educação."

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Éliada Alves Da Silva, Professora do Magistério Superior**, em 20/04/2020, às 15:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

https://sei.ufg.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir...85860dfee389f95b436e10a8509f4bc7aefec7a85f84e1e35dbbd53024a64 Página 1 de 2



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Porto De Almeida Freitas, Professor do Magistério Superior**, em 20/04/2020, às 15:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FABIANA TRISTÃO DE SANTANA, Usuário Externo**, em 20/04/2020, às 15:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **NAIANE FERREIRA SOUZA, Discente**, em 20/04/2020, às 16:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orcao_acesso_externo=0, informando o código verificador 1282070 e o código CRC CCDE6D3C.

Aos meus pais,
Sidney José Pita de Souza e Nalva Lúcia
Ferreira de Souza.

AGRADECIMENTOS

Ter a possibilidade de agradecer significa que venci etapas e não estive sozinha. A gratidão é um sentimento maravilhoso, que traz felicidade e plenitude. Portanto, começo agradecendo a Deus e a Nossa Senhora do Carmo por me guiar e amparar.

Aos meus pais, Sidney e Nalva, pelo desprendimento de fazerem por nós tudo o que não tiveram, incentivando cada passo e apoiando incondicionalmente. Obrigada por ensinar que a vida é feita de persistência e só vence quem luta. Amo vocês!

Ao meu namorado Manoel, amigo e parceiro de todas as horas. Obrigada pela paciência, compreensão, dedicação, carinho, cuidados e acima de tudo, por entender que meus sonhos se tornarão realidade porque sonhamos juntos. Te amo!

À minha família, irmã, sobrinho, tios, tias, primos e primas, avó que sempre estiveram na torcida, acompanhando cada passo e vibrando comigo.

A minha orientadora, Prof. Dra. Élide Alves da Silva, que soube instigar minhas capacidades, que eu mesma desconhecia resultando neste trabalho. Muito obrigada, professora!

Aos colegas do PROFMAT, pela parceria e troca de ideias durante o mestrado. De um modo especial, aos companheiros de viagens Lucas, Daniel, Tarcísio e Bárbara.

A todos os professores do PROFMAT do polo de catalão com os quais tive o privilégio de conviver e aprender.

Aos meus amigos e professores de matemática do grupo 5K obrigada pelo incentivo para ir em frente. Se vocês não tivessem apontado o caminho, certamente, eu não estaria aqui. Muito obrigada!

Aos meus queridos alunos, que sempre foram o motivo das minhas buscas, e aos colegas professores que respeitam minhas aspirações, meus sinceros agradecimentos pelas palavras de apoio e incentivo.

RESUMO

A pesquisa relatada neste trabalho teve como objetivo compreender quais os limites e as possibilidades que se apresentam no processo de ensino e aprendizagem de matemática, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, na visão de professores e de alunos que possuem vínculo com escolas prisionais. Buscou-se refletir, discutir e identificar, com base nas legislações vigentes que garantem os direitos culturais e sociais aos detentos, a legitimidade do acesso à assistência educacional, o papel da educação escolar no processo de ressocialização do detento e os fatores que influenciam na aprendizagem da matemática do aluno preso. A proposta metodológica escolhida pode ser caracterizada como pesquisa qualitativa, cujo procedimento de investigação foi feito por meio da análise de materiais bibliográficos, documentais, índices educacionais nacionais e análise de questionários. Os referidos questionários foram aplicados aos detentos, que tem acesso à escola, em um presídio do estado de Minas Gerais e a professores que atuam ou já atuaram em escolas prisionais. Os resultados desta pesquisa apontam os desafios encontrados acerca da educação prisional, como a ausência de recursos didáticos e apresentam a relevância que as escolas inseridas dentro das unidades prisionais possuem diante da perspectiva da ressocialização do detento. Apresentamos uma sequência didática sobre a criação de um sofá de garrafa pet que poderá ser utilizada por professores de matemática que atuam nas escolas prisionais

Palavras-chave: Matemática. Escola prisional. Educação. Ressocialização.

ABSTRACT

A related research in this work aimed to understand the limits and possibilities of presenting a teaching and learning process in mathematics, in the Youth and Adult Education modality, in the view of teachers and students who have links with temporary schools. We sought to reflect, discuss and identify, based on the current laws that guarantee cultural and social rights to rights, a legitimacy of access to educational assistance, or the role of school education in the process of re-socialization of the detainee and the factors that influence learning of the math of the arrested student. A chosen methodological proposal can be characterized as qualitative research, whose investigation procedure was carried out through the analysis of bibliographic materials, documents, national educational indexes and questionnaire analyzes. The questionnaires were subject to detention, which has access to the school, in a prison in the state of Minas Gerais and teachers who work or already work in provisional schools. The results of this research point to the challenges encountered in prison education, such as the lack of didactic resources and show the relevance that schools inserted within the prison units present in the perspective of the detainee's resocialization. We present a didactic sequence on the creation of a bottle sofa that can be used by mathematics teachers working in provisional schools.

Keywords: Mathematics. Prison school. Education. Resocialization.

LISTAS DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Etnia/ raça dos alunos	32
Gráfico 2 - Faixa etária dos alunos	32
Gráfico 3 - Justificativa para o abandono escolar	33
Gráfico 4 - Você estudaria se estivesse em liberdade?	35
Gráfico 5 - Escolaridade dos professores	39
Gráfico 6 - Experiência profissional dos professores	40

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Figuras representativas.....	44
Figura 2 – Produção do sofá	48
Figura 3 – Sofá de garrafa pet.....	49
Figura 4 – Exemplo de sofá encapado.....	50

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional
EJA	Educação de Jovens e Adultos
LEP	Lei de Execução Penal
PEESP	Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM EM ESCOLAS PRISIONAIS.....	17
2.1 Assistência educacional para pessoas em privação de liberdade.....	17
2.2 Educação de Jovens e Adultos nas escolas prisionais	20
2.3 Ensino de Matemática na educação de jovens e adultos nas escolas prisionais	23
3 METODOLOGIA	27
3.1 O campo e os participantes da pesquisa	28
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	31
4.1 Análise do questionário dos alunos.....	31
4.2 Análise do questionário dos professores.....	39
5 SEQUÊNCIA DIDÁTICA: CONSTRUÇÃO DE SOFÁ DE GARRAFA PET NAS AULAS DE MATEMÁTICA	46
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS.....	57
APÊNDICES	60
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS.....	60
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES	62
APÊNDICE C – ARTIGO REFERENTE A DISSERTAÇÃO PUBLICADO	64
ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA	80

1 INTRODUÇÃO

O meu¹ interesse pelo processo de ensino e aprendizagem de matemática se iniciou quando era criança, ainda nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Fui motivada quando minha professora de matemática da quinta série convidou a mim e outras duas alunas para ministrar aulas de reforço, no contra turno, para colegas de sala que tinham maior dificuldade na aprendizagem da matemática. A partir desta experiência me encantei pelo ato de ensinar e pela matemática.

Ao concluir o Ensino Médio, com a vontade de continuar os meus estudos, diante de tantas possibilidades, optei por fazer aquilo que havia me encantado, ensinar matemática e ser professora. Foi então que iniciei a graduação em Matemática pela Universidade Federal de Uberlândia.

Para ingressar como professora contratada na rede estadual de Minas Gerais, o Estado estabelece alguns critérios que definem uma ordem, uma lista classificatória de professores para o processo de designações. Dentre os parâmetros utilizados para classificação há a contagem de tempo. Este critério faz com que aqueles que estão iniciando a carreira profissional tenham uma maior dificuldade, obstáculo com o qual me deparei.

Por meio da indicação de uma amiga, que ministrava aulas em uma escola prisional, tomei conhecimento sobre a possibilidade de atuar neste campo. Para atuar nas escolas prisionais, além dos critérios estabelecidos para as demais escolas estaduais, há também critérios próprios da unidade prisional, investigação social, realizada pelo setor de inteligência do estabelecimento penal, entrevista realizada por uma equipe composta por representantes da escola e da unidade prisional, análise de currículo que deve conter informações sobre as experiências com trabalhos desenvolvidos com estudantes privados de liberdade e atestado de antecedentes criminais emitido pela Polícia Civil. Me candidatei a uma vaga em uma escola prisional para a qual, embora tenha sido amplamente divulgada, fui a única a manifestar interesse. Após passar pelo processo de seleção iniciei meu trabalho na referida escola.

¹ Esta parte inicial do texto está em primeira pessoa do singular por se tratar de um breve memorial para apresentar as motivações da pesquisadora em escrevê-lo.

Ministrei aulas de matemática nesta escola prisional por cinco anos consecutivos, nos quais vivi momentos de grande aprendizagem. Paralelamente ao período de docência, ingressei no Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional (PROFMAT), onde conheci vários professores com práticas profissionais diversas, com os quais compartilhei conhecimentos e experiências. Durante essa interação percebi que minha vivência profissional era distinta das experiências dos demais. Minha realidade parecia, por vezes, estranha aos olhos daqueles que nunca haviam vivenciado ou sequer ouvido falar em escolas prisionais, despertando neles a curiosidade para as singularidades desta realidade.

As discussões ocorridas neste período aguçaram em mim o desejo de aprofundar meus conhecimentos e confrontar com outros pontos de vista. Além disso, ampliaram minha preocupação quanto à necessidade de se ter um olhar crítico sobre a realidade do ensino de matemática nas escolas prisionais, na modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos), observada suas peculiaridades e limitações. Contudo, na perspectiva de Paulo Freire:

Enquanto ensino continuo buscando, repercurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade. (FREIRE, 1997).

Como estudante do PROFMAT, surgiu a possibilidade de aprofundar os estudos sobre essa problemática, a educação matemática de jovens e adultos nas unidades prisionais, visando a contribuir de maneira significativa com as pesquisas relacionadas à EJA e à educação nos sistemas prisionais, o que tem se tornado essencial na busca por um compromisso ético e social em meu exercício profissional, como professora de matemática do sistema prisional. E, estudando essa problemática, foi estabelecido o objetivo de responder a uma questão que surgiu diante das experiências vivenciadas por mim, enquanto professora de matemática de uma escola prisional: Na perspectiva da reintegração social, quais os desafios enfrentados e as expectativas formadas por professores e alunos no processo de ensino e aprendizagem de matemática nas escolas prisionais?

Neste contexto, o presente trabalho visa apresentar os resultados obtidos no desenvolvimento de plano de trabalho do projeto “Investigações relativas ao processo de

ensino-aprendizagem de matemática”, CAAE: 91278218.7.0000.8409, cujo objetivo geral consistiu em compreender quais os limites e as possibilidades que se apresentam no processo de ensino e aprendizagem de matemática, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, na visão de professores e de alunos que possuem vínculo com escolas prisionais.

Por meio deste trabalho, buscamos identificar os fatores que influenciam na aprendizagem do detento, além de descrever as estratégias utilizadas no ensino de matemática para alunos em restrição de liberdade. Ademais os objetivos específicos foram:

- Identificar qual a importância do ensino de matemática no processo de ressocialização dos presos, na visão dos participantes;
- Analisar como ocorre o processo de ensino e aprendizagem de matemática nas escolas prisionais na visão de professores inseridos nessa realidade;
- Analisar como ocorre o processo de ensino e aprendizagem de matemática na escola prisional de uma cidade de Minas Gerais na visão do aluno;
- Identificar dificuldades encontradas por professores e alunos nas escolas prisionais;

O trabalho está estruturado em cinco capítulos. No segundo capítulo, por meio de uma pesquisa bibliográfica, apresentamos considerações sobre a assistência educacional nos presídios e a educação de jovens e adultos, inclusive na modalidade educacional das unidades prisionais. Por fim apresentamos uma análise sobre o atual perfil da população carcerária.

No terceiro capítulo discorremos sobre o caminho metodológico adotado no processo de investigação acerca das perspectivas e possibilidades no processo de ensino e aprendizagem de matemática nas escolas prisionais, na visão de alunos e professores. Abordamos alguns aspectos dos participantes e do ambiente da pesquisa.

No quarto capítulo, expomos os resultados do estudo qualitativo decorrente da análise dos dados recolhidos por meio da aplicação dos questionários aos participantes da pesquisa.

No quinto capítulo apresentamos um relato de experiência de uma atividade desenvolvida nas aulas de matemática de uma unidade prisional, a partir da construção de um sofá com as garrafas pet oriundas da própria unidade prisional.

Na sequência, apresentamos as considerações finais acerca do trabalho realizado.

2 O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM EM ESCOLAS PRISIONAIS

2.1 Assistência educacional para pessoas em privação de liberdade

A assistência educacional está prevista na Constituição Federal. O Artigo 208, inciso I, garante a “educação básica obrigatória e gratuita dos quatro aos dezessete anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria” (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009). Neste contexto, segundo Craidy (2018, p.2):

A assistência educacional é uma das prestações básicas mais importantes previstas na constituição, não somente para o homem livre, mas também para aquele indivíduo que se encontra privado de sua liberdade, constituindo-se, neste aspecto, como instrumento para a reintegração do indivíduo ao meio social, fornecendo através dos estudos uma oportunidade de se preparar para o convívio em sociedade.

Fundamentados na Constituição Federal que regulamenta a educação como um direito de todos, em 1984 foi promulgada a Lei nº 7210 - Lei de Execução Penal (LEP), que consiste em um marco legal importante na área da educação, estabelecendo a oferta de ensino como uma das assistências obrigatórias aos reclusos nas unidades prisionais no Brasil. Neste contexto a assistência educacional aos detentos deve ser entendida como um direito inalienável do ser humano e previsto em lei. Segundo este documento, a educação nos estabelecimentos penais é responsabilidade do Estado e deve ser direcionada ao retorno do indivíduo ao convívio social, como pode ser constatado em (BRASIL,1984, [s.p.]):

Art. 10. A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade.

Parágrafo único. A assistência estende-se ao egresso.

Art. 11. A assistência será:

- I - material;
- II - à saúde;
- III - jurídica;
- IV - educacional;
- V - social;
- VI - religiosa.

Assim, pode-se entender um presídio como instituição que visa, além restrição de liberdade aos indivíduos em decorrência da alguma infração penal, recondicionamento deles ao convívio social, por meio da ressocialização do detento. Segundo Faceira (2013) a LEP revela um novo olhar sobre os presos, considerando-os como sujeitos de direito, estabelecendo os elementos necessários a reconstrução de suas vidas:

A assistência, anunciada na LEP como direito, é ressaltada na perspectiva de efetivar ações voltadas a recuperação dos presos e a garantia dos serviços sociais, que possibilitam a inclusão social do indivíduo, sendo considerada como ação indispensável ao tratamento penal, colocando o preso na condição ambígua de cidadão e ao mesmo tempo, sujeito em disfunção social. (Faceira,2013, p.79)

O autor ainda pondera que:

A assistência social, educacional e religiosa contribui para a produção material e imaterial da vida social dos presos. Ou seja, estas assistências além de viabilizar o acesso concreto e material a diversos serviços, produzem e reproduzem ideologicamente valores, concepções e pensamentos, visões de homem e de mundo. (Faceira,2013, p.79)

De outro ponto de vista, segundo a décima competência da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a escola destina-se a formar homens com valores pautados em “princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários” (BRASIL, 2018, p.5), preparando-o para o convívio em sociedade, bem como imputando valores e conhecimentos considerados culturalmente relevantes. Nesta perspectiva Penna e Gomes (2013, p.126) ressaltam, no que se refere à escola prisional, que “a atividade educativa desenvolvida na escola se relaciona ao preparo do indivíduo para sua atuação em sociedade”.

Para obter êxito na formação dos indivíduos privados de liberdade, é importante que os alunos se sintam motivados para desenvolver as atividades educacionais. Neste sentido, pode-se citar que a educação como programa de ressocialização na política pública de execução penal propiciou a instituição da remição da pena pelo estudo, mediante a aprovação da lei 12.433 de 29 julho de 2011. Esta lei alterou a LEP de 1984, dispondo sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho:

Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena.
§ 1º A contagem de tempo referida no caput será feita à razão de I - 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar - atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional - divididas, no mínimo, em 3 (três) dias; II - 1 (um) dia de pena a cada 3 (três) dias de trabalho. (BRASIL, 2011, [s.p.]

A remição prevê a redução de pena, entretanto, o estudo não pode ser considerado apenas como uma modalidade de redução dos dias dentro da prisão. Deve ser refletido como um direito assegurado aos detentos, o qual deve ser oportunizado de forma a permitir não somente a implementação do direito, mas também potencializar a capacitação, através dos estudos, dos presos para a vida fora da unidade prisional.

Com o intuito de viabilizar a educação nas unidades prisionais, na perspectiva da reintegração social dos detentos, o Decreto nº 7.626, de 24 de novembro de 2011, instituiu o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional (PEESP), com a finalidade de qualificar e ampliar a oferta de educação nos estabelecimentos penais, cujos objetivos são:

- I - executar ações conjuntas e troca de informações entre órgãos federais, estaduais e do Distrito Federal com atribuições nas áreas de educação e de execução penal;
- II - incentivar a elaboração de planos estaduais de educação para o sistema prisional, abrangendo metas e estratégias de formação educacional da população carcerária e dos profissionais envolvidos em sua implementação;
- III- contribuir para a universalização da alfabetização e para a ampliação da oferta da educação no sistema prisional;
- IV - fortalecer a integração da educação profissional e tecnológica com a educação de jovens e adultos no sistema prisional;
- V - promover a formação e capacitação dos profissionais envolvidos na implementação do ensino nos estabelecimentos penais; e
- VI - viabilizar as condições para a continuidade dos estudos dos egressos do sistema prisional.

Parágrafo único. Para o alcance dos objetivos previstos neste artigo serão adotadas as providências necessárias para assegurar os espaços físicos adequados às atividades educacionais, culturais e de formação profissional, e sua integração às demais atividades dos estabelecimentos penais. (BRASIL, 2011, art 4)

Leis como a LEP e o Decreto nº7.626 (2011), tendem a propor diretrizes para a elaboração de ações no âmbito prisional e normatizar os direitos e deveres dos presos. Entretanto, Julião (2013, p.24) pondera que:

O tema educação é interpretado na Lei de Execução Penal distintamente pelos diversos estados. Enquanto alguns vêm investindo na implementação de ações e políticas de incentivo à educação como prática na execução penal, outros pouco ou quase nada fazem nesta direção.

Ainda segundo o autor o “Brasil já ultrapassou a etapa que discute a educação na política de restrição e privação de liberdade e está agora no estágio em que deve analisar suas práticas e experiências, procurando instituir programas, consolidar e avaliar propostas políticas” (Julião, 2013, p.17). E, nesta missão, a busca deve ser por promover efetivamente a justa reparação do delito cometido, sem prejuízo da integridade física, mental e social do preso, visando a reinserção dos detentos na sociedade em condições de ter oportunidades que evitem nova infração das normas socialmente instruídas.

2.2 Educação de Jovens e Adultos nas escolas prisionais

O direito à educação aos jovens e adultos está previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu artigo 37. Segundo este documento a EJA é destinada a todos os cidadãos que não tiveram acesso à escola em idade apropriada durante a Educação Básica, assegurando-lhes gratuitamente oportunidades educacionais:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. (BRASIL, 1996, p.16)

Contudo, vale ressaltar que esse segmento da educação não se refere a reflexões e ações educativas destinadas a qualquer jovem ou adulto, mas se restringe a um determinado grupo de pessoas. Este fato foi ressaltado por Fonseca (2012, p.15):

Ainda que a designação “Educação de Jovens e Adultos” nos remeta a uma caracterização da modalidade pela *idade* dos alunos a que atende, o grande traço definidor da EJA é a caracterização sociocultural de seu público, no seio da qual se deve entender esse corte etário que se apresenta na expressão que a nomeia.

Quando falamos em Educação de Jovens e Adultos não estamos nos referindo somente a uma caracterização etária, mas a uma caracterização social e cultural. A EJA deve ser composta de ações educativas dirigidas a um indivíduo de escolarização básica incompleta ou jamais iniciada, cuja interrupção ou impedimento de sua trajetória escolar não ocorreu apenas como um episódio isolado de não acesso a um serviço, mas num contexto mais amplo de exclusão social e cultural. Deve também se constituir em um mecanismo para propiciar a recuperação da humanidade dos excluídos. Contudo, Miranda, Souza e Pereira apontam que “A educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil é marcada pela descontinuidade e por tênues políticas públicas, insuficientes para dar conta da demanda potencial e do cumprimento do direito, nos termos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988. ”

Além disso, conforme afirma Haddad:

A educação de jovens e adultos no Brasil se constituiu muito mais como produto da miséria social do que do desenvolvimento. É consequência dos males do sistema público regular de ensino e das precárias condições de vida da maioria da população, que acabam por condicionar o aproveitamento da escolaridade na idade apropriada. (Haddad,1994, p.86)

Entretanto, segundo Paulo Freire essa desumanização pode e deve ser combatida:

A luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas, como “seres para si” [...] somente é possível porque a desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é porém, destino dado (Freire,1987, p.16).

Em maio de 2010, foi publicada a Resolução do Conselho Nacional de Educação que dispõe sobre as diretrizes nacionais para oferta da educação para jovens e adultos em estabelecimentos penais, expressando a necessidade de oferecer oportunidades de aprendizagem àqueles que se encontram presos. A educação de jovens e adultos também foi prevista na LEP, a partir de uma inclusão feita em 2015:

Art. 17. A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado.

Art. 18. O ensino de 1º grau será obrigatório, integrando-se ao sistema escolar da Unidade Federativa.

Art. 18-A. O ensino médio, regular ou supletivo, com formação geral ou educação profissional de nível médio, será implantado nos presídios, em obediência ao preceito constitucional de sua universalização. (Incluído pela Lei nº 13.163, de 2015)

§ 1º O ensino ministrado aos presos e presas integrar-se-á ao sistema estadual e municipal de ensino e será mantido, administrativa e financeiramente, com o apoio da União, não só com os recursos destinados à educação, mas pelo sistema estadual de justiça ou administração penitenciária. (Incluído pela Lei nº 13.163, de 2015)

§ 2º Os sistemas de ensino oferecerão aos presos e às presas cursos supletivos de educação de jovens e adultos. (Incluído pela Lei nº 13.163, de 2015)

§ 3º A União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal incluirão em seus programas de educação à distância e de utilização de novas tecnologias de ensino, o atendimento aos presos e às presas. (Incluído pela Lei nº 13.163, de 2015)

Art. 19. O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico.

Parágrafo único. A mulher condenada terá ensino profissional adequado à sua condição.

Art. 20. As atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados.

Art. 21. Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos. (BRASIL, 2015).

Para Penna, Gomes (2013, p.125) “a educação deve ser entendida como um direito inalienável do ser humano e previsto em lei e, a partir deste princípio, a oferta de vagas nas prisões para os sujeitos que não puderam concluir os estudos na idade própria deve ser garantida”. Nesta mesma direção, Maeyer (2006, p. 21) ressalta que “considerar a educação na prisão como privilégio está fora de questão. A prisão é a perda do direito de mobilidade, não dos direitos de dignidade, respeito e educação”.

Portanto, a legislação vem sendo alterada no sentido de garantir o direito à educação para pessoas que não tiveram acesso na idade apropriada, inclusive para indivíduos privados de liberdade. Segundo Julião (2012, p.3):

A educação em espaços diferenciados, principalmente para jovens e adultos privados de liberdade, vem conseguindo, em um ritmo particular, porém intenso, obter algumas conquistas, deixando de ser um tema invisível, tornando-se ponto de pauta de governos, eventos nacionais e internacionais. Enfim, conseguido visibilidade até pouco tempo atrás inimaginável.

Resta que esta visibilidade e as discussões culminem em ações que fomentem o cumprimento da legislação, bem como propiciem oportunidades reais de crescimento pessoal e profissional àqueles excluídos social e culturalmente.

2.3 Ensino de Matemática na educação de jovens e adultos nas escolas prisionais

O direito à educação aos detentos implica no desenvolvimento de ações adaptativas do currículo, de pessoal, pedagógico, comunicacional, estrutural e atitudinal, para que ele possa ser executado de maneira efetiva em sala de aula. Neste sentido, os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997, p.29) indicam que “se realize adaptações do currículo regular, quando necessário, assim é possível torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos”. Entretanto, Julia Lemburguer (1999, p.87) ressalta que:

A escola, que teoricamente seria um veículo de mobilidade social, não surte os efeitos esperados. Currículos tradicionais, aliados a um quadro de professores que aparentemente não estão treinados para o desempenho de suas tarefas, jamais provocarão atitudes positivas por parte dos internos.

Abordar os conteúdos de forma adequada, é fundamental que o professor conheça diversas possibilidades de trabalho em sala de aula para a criação de um ambiente rico em oportunidades educacionais, a fim de se obter resultados favoráveis dentro das escolas prisionais. Julião (2013, p.29) ressalta a ausência de uma política de formação profissional e suas consequências:

A ausência de uma política de formação profissional para os educadores que atuam nos espaços de privação de liberdade não tem gerado a renovação de práticas pedagógicas. Muitos ainda continuam seguindo propostas desatualizadas, descontextualizadas do universo do jovem e adultos, principalmente do privado de liberdade.

Em particular, no âmbito do ensino da matemática verifica-se a necessidade de adequações dos currículos escolares, tomando-se os cuidados necessários para realmente atingir o público pretendido. Na Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos (2002, v.3, p.16) é ressaltado que “as escolhas pedagógicas, os objetivos e conteúdos selecionados e as formas de avaliação estão intimamente ligados às concepções do professor sobre a matemática”. Neste sentido, Fonseca (2012, p.35) alerta que:

Na Educação Matemática que se realiza no âmbito dos projetos de alfabetização de adultos, o risco de uma inadequação identificada com a infantilização das estratégias de ensino e, entre elas, das atividades propostas aos alunos, advém de uma transposição pouco cuidadosa de procedimentos concebidos no trabalho com crianças inferior a sete anos para o ensino de Matemática no contexto da EJA.

Ainda na perspectiva da Educação Matemática, na Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos (2002, v.3, p.16) é enfatizado que:

A contextualização dos temas matemáticos é outro aspecto que vem sendo amplamente discutido. Trata-se de apresentá-los em uma ou mais situações em que façam sentido para os alunos, por meio de conexões com questões do cotidiano dos alunos, com problemas ligados a outras áreas do conhecimento, ou ainda por conexões entre os próprios temas matemáticos (algébricos, geométricos, métricos etc.). Recomenda-se apenas o cuidado de que os conhecimentos construídos não fiquem indissolavelmente vinculados a um contexto concreto e único, mas que possam ser generalizados e transferidos a outros contextos.

Corroborando com essa perspectiva Fonseca (2012, p.53) ressalta a necessidade de “contextualizar o conhecimento matemático a ser transmitido ou construído” e que esta contextualização não deve acontecer somente por meio da inclusão de situações-problema, ou de materiais concretos, e sim em uma “perspectiva sociocultural da abordagem matemática”, buscando explicitar sua finalidade ou seu “papel na interpretação e na transformação da realidade com a qual o aluno se depara e/ou de suas formas de vê-la e participar dela”.

No que tange a trabalhos relacionados com escolas prisionais podemos citar o trabalho desenvolvido pelo autor Fernandes, Linimar (2016) intitulado como “Proposta para o ensino de frações em espaços prisionais”, onde o autor utiliza a progressão de pena, a qual garante ao detento, mediante o cumprimento de uma fração de sua pena $1/6$ (condenado primário ou reincidente), $2/5$ (condenado primário por crime hediondo ou equiparado) e $3/5$ (condenado reincidente por crime hediondo ou equiparado), a passagem de regime fechado para semiaberto e de semiaberto para regime domiciliar, instituída na legislações. O autor destaca que, a mesmo com a falta de materiais didáticos, há possibilidades de ensinar e aprender nas escolas prisionais.

As autoras Meira, Claudia e Fantinato, Maria (2015), desenvolveram uma pesquisa que buscava compreender os saberes construídos ou adquiridos pelos detentos, em busca de viabilidade de diálogo entre seus saberes das celas com as aulas de matemática. As pesquisadoras destacam que existem saberes próprios da cultura prisional, como vocabulário próprio, a construção de artefatos (fornos, instalações elétricas), forma específica para o cálculo de progressão de regime de pena, adquiridos pela convivência entre os sujeitos. E ressaltam que estes conhecimentos advindos das celas podem ser utilizados no contexto educacional, buscando se valer na resolução de problemas do dia-a-dia dos alunos.

Os autores Lima, Igor e Junior, Lourival (2016), apresentaram uma proposta de uso de truques, jogos (Jogo do Nim, Hex multiplicativo, Bingo da decomposição em primos, descobrir a peça do dominó, Adivinhação do dia da semana em que a pessoa nasceu) e algoritmos alternativos para o cálculo da multiplicação e divisão de números inteiros e apresentaram o método Quinário. Os autores chamam a atenção para a importância de despertar o interesse dos alunos para os conteúdos a serem trabalhados, através da utilização de ferramentas pedagógicas divertidas, de forma apropriada para o conteúdo ministrado.

Além das dificuldades para estabelecer a contextualização de conteúdos matemáticos, existe um conjunto de desafios referentes às práticas educativas relacionadas à EJA, dentre os quais ressaltam a importância da formação de professores e Educadores Matemáticos de Jovens e Adultos, para o desenvolvimento de experiências significativas citado por Fonseca (2012, p.57).

A autora Gaioski (2019) autora do trabalho investigou como a proposta de abordagem nos três métodos pedagógicos (Estudo da realidade, estudo científico, trabalho prático), aliados à resolução de problemas, podem contribuir com ensino de matemática no ambiente prisional. E afirma que esta proposta de abordagem permite maior autonomia, participação, fortalecimento da autoestima, apropriação de conceitos, percepção dos alunos sobre o tema trabalhado e aponta as dificuldades enfrentadas, como o ambiente hostil da prisão.

Aguiar (2009, p.109) pondera que:

o próprio conceito de prisão, representa um obstáculo à aprendizagem, uma vez que ao ingressar em uma unidade prisional o indivíduo passa a ter a sua vida administrada, deixando de responder de maneira autônoma pelas decisões mais simples e elementares de seu dia a dia, como a hora de tomar banho, de acordar, de dormir, de fazer exercícios, de estudar, etc. Em certo sentido, essa perda de autonomia pode conduzir o indivíduo a certa impassibilidade diante da vida, de modo que a educação nas prisões deve significar, antes de tudo, uma reconciliação individual com o ato de aprender.

Com relação ao aprendizado da matemática, Fonseca aponta outro desafio presente no discurso apresentado entre os alunos da EJA, “a impossibilidade de isso entrar na cabeça”, tendo como justificativa a “idade avançada e inadequada ao aprendizado”. Este preconceito acaba por influenciar os estudantes, entretanto Fonseca (2012, p.21) ressalta que não há estudos que respaldam essas afirmações e que são escassos os estudos sobre o funcionamento intelectual do adulto.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo será apresentado o caminho metodológico adotado no processo de investigação acerca das perspectivas e possibilidades no processo de ensino e aprendizagem de matemática nas escolas prisionais. Inicialmente, caracterizamos o tipo de pesquisa realizada e apresentamos na sequência os instrumentos de coleta de dados, os participantes e o ambiente onde foi feita a pesquisa.

Esta pesquisa, quanto à natureza, é uma pesquisa aplicada, tendo em vista que propiciou mecanismos para entendimento da realidade vivenciada pelos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem de matemática, desenvolvido para atender indivíduos privados de liberdade. Para Thiollent (2009, p.36) “a pesquisa aplicada concentra-se em torno dos problemas presentes nas atividades das instituições, organizações, grupos ou atores sociais. Ela está empenhada na elaboração de diagnósticos, identificação de problemas e busca de soluções”.

Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratória, segundo Gil (2008, p.27) “as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”.

Este estudo também é classificado quanto aos objetivos como pesquisa descritiva, pois inicialmente foi feita uma pesquisa bibliográfica para aprofundamento sobre o tema e, posteriormente, visando melhor compreensão da realidade pesquisada, foram utilizados questionários para coleta de dados, com subsequente análise e descrição de fatos sem a manipulação dos mesmos. Para Gil (2008, p.28) pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a “descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Pesquisas que são desenvolvidas no campo educacional carecem de métodos que se adequem à natureza do problema pesquisado. Considerando a especificidade da problemática apresentada, esta pesquisa, quanto à abordagem, se insere no campo da pesquisa qualitativa, que tem como características principais a observação, descrição e a compreensão dos fenômenos investigados sem a existência de hipóteses pré-concebidas, visando uma análise dos dados obtidos. Neste sentido, Moraes (2003) esclarece que:

[...] a pesquisa qualitativa pretende aprofundar a compreensão dos fenômenos que investiga a partir de uma análise rigorosa e criteriosa desse tipo de informação, isto é, não pretende testar hipóteses para comprová-las ou refutá-las ao final da pesquisa; a intenção é a compreensão (MORAES, 2003, p.191).

Quanto aos procedimentos, a pesquisa pode ser classificada como estudo de campo pois coletou informações sobre as experiências, os limites, as perspectivas e as contradições enfrentadas na Educação de Jovens e Adultos por alunos de uma unidade prisional e também do ponto de vista de um grupo restrito de professores que atuam/atuaram nessa realidade. Para Gil (2008, p 57) os estudos de campo procuram muito mais o aprofundamento das questões propostas do que a distribuição das características da população segundo determinadas variáveis.

Para desenvolver essa pesquisa seguimos os passos: primeiramente, foi feita uma revisão bibliográfica a respeito de alguns aspectos históricos sobre a educação prisional, as leis existentes no Brasil que garantem o direito das pessoas privadas de sua liberdade de estudarem em escolas de ensino regular e, posteriormente, sobre a educação matemática de jovens e adultos e suas peculiaridades quanto ao processo de ensino e aprendizagem.

Em seguida dois questionários foram elaborados, um para ser respondido por professores que possuem experiências no ensino de matemática nas escolas prisionais e o outro questionário para ser respondido por alunos matriculados em uma escola inserida no sistema prisional de Minas Gerais, estes questionários encontram-se disponíveis nos anexos I e II. Estes questionários contêm perguntas que possibilitaram explorar o perfil dos participantes da pesquisa e perguntas relacionadas à problemática aqui apresentada. Com a finalidade de obter uma visão geral sobre quais são as condições em que acontece o processo de ensino e aprendizagem de matemática dos alunos, inseridos nas escolas prisionais, na visão de professores, foi realizada uma análise a partir das respostas obtidas dos questionários respondidos pelos professores.

3.1 O campo e os participantes da pesquisa

A fim de caracterizar o público alvo da escola do sistema prisional no Brasil, utilizaremos os dados divulgados, em 2017, pelo Departamento Penitenciário Nacional

(DEPEN), órgão executivo que acompanha e controla a aplicação da Lei de Execução Penal e das diretrizes da Política Penitenciária Nacional. Cabe ressaltar que não houveram publicações de dados oficiais pelo DEPEN após 2017.

Segundo dados divulgados pelo DEPEN de 2017, em relação a faixa etária dos apenados, 54,06% dos presos possuíam idade entre 18 e 29 anos, 37,78% entre 30 e 45 anos, aqueles que estavam na faixa etária de 46 a 70 anos correspondiam a 7,96% e 0,2% tinham acima de 70 anos.

Com relação à cor da pele/etnia, do total geral de presos no país, a maioria (46,2%) da população carcerária era composta por pardos seguido de 35,4% da população carcerária de cor/etnia branca e 17,3% de cor/etnia preta. Somados, pessoas presas de cor/etnia pretas e pardas totalizam 63,6% da população carcerária nacional.

No que diz respeito ao grau de escolaridade, 3,45% são analfabetos; 5,85% são alfabetizados; 51,35% têm o ensino fundamental incompleto; 13,15% têm ensino fundamental completo; 14,98% têm ensino médio incompleto; 9,65% têm ensino médio completo; 0,97% tem ensino superior incompleto; 0,56% tem ensino superior completo e 0,04% possui pós-graduação. Com relação ao grau de instrução, Erdelyi (2017 p. 3) afirma que:

[...]seis em cada dez presos eram analfabetos ou alfabetizados com ensino fundamental incompleto na ocasião em que foi produzido o levantamento. Se incluídos os que concluíram o ensino fundamental, mas não chegaram a fazer o ensino médio, o percentual passa para 75% [...]

Os dados apresentados apontam que a maior parte dos presos no país possui um nível de escolaridade deficitário (Ensino Fundamental incompleto). Além disso, Maeyer (2006, p.20) ressalta que “Normalmente, os pais, amigos e familiares dessas pessoas também são “categorias” que se encontram excluídas da educação formal. E muito provavelmente seus filhos deixaram de fazer parte do sistema escolar formal”.

Embora a assistência educacional esteja prevista na lei, segundo dados divulgados pelo DEPEN, do total de 726.354 presos apontados no boletim do primeiro semestre de 2017, apenas cerca de 10% participam de atividades educativas dentro das unidades prisionais, ou seja, 76.813 apenados.

Conforme dados apontados pelo DEPEN a baixa escolaridade é uma das principais características da população carcerária do Brasil. Do total geral do país, nota-se que 88% não possui sequer a educação básica. Segundo Andrade, Esteves, Neto e Pinheiro (2013, p.153) estes dados expressam a precariedade do sistema penitenciário brasileiro no cumprimento da oferta da assistência educacional a população carcerária, visto que, apesar de aproximadamente 90% não possuírem educação básica, apenas 10% tem acesso a atividades educacionais dentro dos presídios.

Diante deste cenário, a investigação apresentada foi realizada em uma escola prisional, a qual tem por entidades mantenedoras a Secretaria de Estado da Educação e a Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais. Essa escola dispõe de oito salas de aula, todas com banheiros. Uma das salas é reservada para atender exclusivamente ao público feminino deste presídio. A escola também dispõe de um laboratório de informática e uma biblioteca.

A escola tem capacidade de atender até cento e vinte alunos. Esta quantidade é decorrente das normas da unidade prisional, segundo as quais cada sala de aula deve comportar, no máximo, quinze alunos, visando garantir a segurança dos servidores.

Os alunos participantes da pesquisa se encontram matriculados nesta escola prisional de Minas Gerais. Para aplicarmos o questionário nesta unidade escolar foi necessária a análise do plano de trabalho pelos órgãos competentes e, após esta análise foram emitidas autorizações pela subsecretaria de Educação básica, pelo Juiz da Vara de Execução Penal e também pelo do diretor da unidade prisional.

Além da participação dos estudantes, com o intuito de compreender quais os limites e possibilidades que se apresentam no processo de ensino e aprendizagem de matemática, convidamos professores de matemática de diversas regiões que atuam ou já atuaram em escolas prisionais. Vinte professores de matemática de diversas regiões foram contatados por meio de e-mails e redes sociais. Contudo, apenas nove professores manifestaram interesse em responder ao questionário proposto. Participaram da pesquisa sessenta e nove alunos e nove professores.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo tem como objetivo apresentar os principais resultados do estudo, obtidos a partir da aplicação dos questionários aos alunos e professores participantes da pesquisa.

A fim de resguardar os direitos dos participantes e garantir o anonimato, cada participante citado nestas considerações será identificado por uma letra seguida de um número. Cada aluno será designado pela letra A seguida de um número de 1 a 69, representando assim todos os alunos. De forma similar, os professores serão indicados pela inicial P seguida de um número de 1 a 9, representando assim todos os professores participantes da pesquisa.

Para uma melhor apresentação dos dados, o capítulo foi dividido em duas seções. Na primeira será apresentada a análise dos questionários dos alunos e, na segunda, a análise dos questionários dos professores com as considerações referentes a cada uma delas.

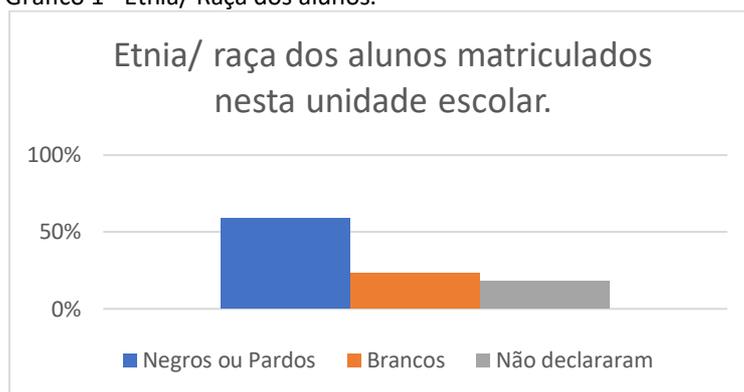
4.1 Análise do questionário dos alunos

Visando analisar aspectos processo de implementação da EJA prisional nessa unidade escolar, com vistas a promover o direito à educação para indivíduos privados de liberdade, foi aplicado um questionário aos alunos. Faremos uma correlação com as respostas e as teorias que fundamentam a pesquisa.

Inicialmente buscamos traçar o perfil dos alunos matriculados na escola campo. As três primeiras perguntas do questionário visavam uma caracterização do público alvo da pesquisa. Constatou-se ao final da aplicação um total de sessenta e nove alunos participantes, dos quais sessenta e dois são do sexo masculino e sete são do sexo feminino. Esta quantidade de alunos que responderam ao questionário representa aproximadamente de 65,7% do número total de educandos matriculados e frequentes na escola.

Quanto à raça, aproximadamente 59% dos alunos declararam ser negros ou pardos, aproximadamente 23% se consideram brancos e 18% dos participantes não souberam ou não responderam a esta pergunta.

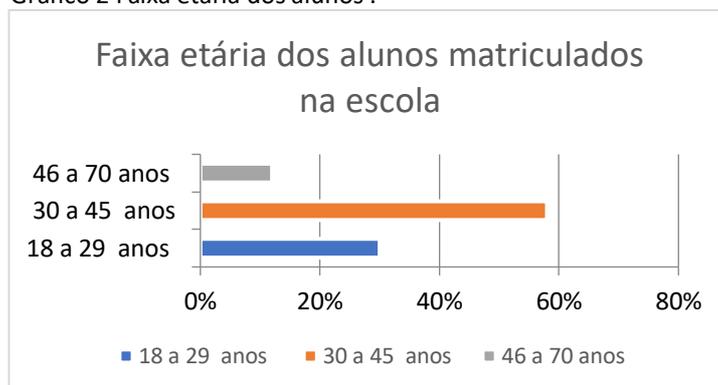
Gráfico 1 - Etnia/ Raça dos alunos.



Fonte: arquivo pessoal da autora.

Em relação a faixa etária dos alunos matriculados nesta unidade escolar prisional, conforme ilustrado no gráfico 2, é possível verificar que a maior parte é composta por adultos com idade entre 30 e 45 anos, aproximadamente 58%. Cerca de 30% dos presos possui idade entre 18 e 29 anos e aqueles que estão na faixa etária de 46 e 70 anos correspondem a 12%.

Gráfico 2 Faixa etária dos alunos .



Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora.

Após identificação do perfil dos alunos, passamos para a quarta pergunta que visava detectar se os alunos haviam frequentado a escola fora do presídio. Todos responderam que sim, que tiveram acesso à escola em algum momento da vida. A maioria dos entrevistados declararam ter iniciado os estudos com idade entre cinco e sete anos, perfazendo 86,76% dos participantes da pesquisa, os demais relataram ter iniciado os estudos com idades diversas, variando entre dez e vinte e dois anos de idade.

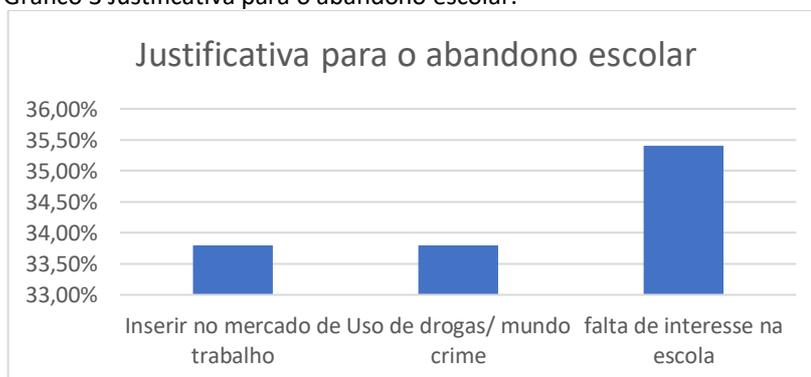
Ademais buscou-se identificar as dificuldades, relacionadas a matemática, enfrentadas no início dos estudos, bem como após terem voltado a estudar. 70% revelaram que durante o percurso escolar apresentavam dificuldades com a matemática, sendo que a maioria indicou como maiores dificuldades as operações básicas e equações.

Para a pesquisadora as dificuldades nas operações básicas, citadas por quase todos os alunos que responderam o questionário, estão na formalização da escrita matemática e ficam mais evidentes nas operações de multiplicação e divisão. Alguns alunos demonstram saber o resultado dos problemas propostos, porém possuem dificuldade em transcrever isto no papel. Isto fica mais evidente quando se trabalha com situações problemas que envolvem dinheiro, os alunos apresentam os resultados, porém não sabem como escrever. O mesmo ocorre quando o tema abordado é equação.

Muitos deles apontaram que estas dificuldades ainda são presentes durante as aulas na escola prisional, outros acrescentaram que o tempo que estiveram sem estudar acabou influenciando no desempenho atual. Os demais relataram não apresentar dificuldades, sendo que parte deles manifestou ter apreço e facilidade com a matemática.

Posteriormente foi questionado quando ocorreu e qual o motivo do abandono escolar. Constatamos que os entrevistados não permaneceram muitos anos na escola. Verificou-se também, entre os homens, que os motivos mais relatados sobre o que ocasionou o abando escolar foram ingressar no mundo de trabalho com o objetivo de ajudar no sustento da família e o uso de drogas ou ingresso ao mundo do crime, ambos perfazem 33,8% dos entrevistados, sendo que parte também relatou a indisciplina e falta de interesse na escola.

Gráfico 3 Justificativa para o abandono escolar.



Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora.

As alunas participantes da pesquisa revelaram outro fator relevante justificando o abandono escolar, dentre as sete alunas, quatro relatam terem deixado de frequentar a escola devido a gravidez e posteriormente entrado para o mundo do crime.

As causas apresentadas para o abandono escolar servem como exemplos do que foi manifestado por Haddad, segundo o autor a educação de jovens e adultos no Brasil se constituiu muito mais como produto da miséria social do que do desenvolvimento. É consequência dos males do sistema público regular de ensino e das precárias condições de vida da maioria da população, que acabam por condicionar o aproveitamento da escolaridade na idade apropriada.

Os alunos foram questionados sobre os motivos que os levaram a retornar seus estudos e a frequentar a escola dentro do presídio. Aproximadamente 17% dos alunos relacionaram a volta à escola com às remições, que segundo a LEP, preveem a redução de um dia de pena a cada doze horas de frequência escolar. Muitos deles citaram a escola como um meio de ocupar a cabeça.

A1: O que me levou a frequentar a escola aqui foi a vontade de aprender mais, passar o tempo ocupando minha mente e também para ganhar remição.

A29: Tenho uma sentença grande, preciso de remição e a escola faz com que eu aprenda mais.

A33: Uma oportunidade de recomeçar e quando estiver lá fora conseguir um emprego digno e para reduzir a minha pena.

A44: Primeiramente para poder terminar meus estudos parar obter um futuro melhor e também tem a remição de pena que é bom no meu caso.

A5: Por que ajuda a ocupar minha cabeça e ajuda com a remição.

Cerca de 56% dos alunos veem a escola como uma oportunidade para a continuidade aos estudos. Esta oportunidade é prevista na Constituição Federal em seu artigo 208, que assegura o direito a educação inclusive àqueles que não tiveram oportunidade na idade certa.

A6: A oportunidade fez com que eu voltasse a estudar no presídio.

A37: *Depois de 20 anos eu decidi que iria terminar meus estudos para ser alguém na vida.*

A58: *Se eu tivesse na rua com certeza eu não iria estudar, estou estudando pois é uma oportunidade de aproveitar meu tempo e concluir meus estudos.*

Cerca de 27% dos alunos entrevistados, enxergam a escola como um meio de ressocialização uma preparação para um futuro melhor.

A9: *Vontade de aprender para sair daqui levando algo bom. O aprendizado que tenho recebido todos os dias, é para mim um recomeço de vida.*

A60: *Para eu terminar meus estudos e conseguir um trabalho na rua.*

A51: *A vontade de ter uma vida melhor e com qualidade. E a certeza que vou conseguir graças à escola.*

Ao serem questionados sobre quando estiverem em liberdade se pretendem retornar à escola, 74% relataram que sim e muitos justificaram a importância desse retorno devido a obtenção de maiores oportunidades de trabalho. Outros 11% dos entrevistados revelaram não ter interesse em dar continuidade aos estudos por motivos diversos, dentre eles a falta de tempo, devido a necessidade de trabalhar. Os demais, cerca de 15%, não possuem certeza quanto à continuidade dos estudos. Embora muitos possuam incertezas, todos afirmam que o que estão aprendendo irá ajudar de algum modo quando obtiverem a liberdade, seja para convívio em sociedade, seja para conquista de um emprego.

Gráfico 4: Você estudaria se estivesse em liberdade?



Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora.

A sexta pergunta buscou identificar se os alunos acreditavam na importância do que estavam aprendendo e se isso lhes ajudaria quando estivessem em liberdade. Todos os estudantes acreditam ser importante as aprendizagens adquiridas na escola, relacionando-as a futuramente conseguirem melhores condições de trabalho e/ou ingressar em uma faculdade.

A12: Sim, hoje eu já me encontro com a escolaridade avançada, e graças a escola eu vou poder arrumar um emprego digno.

A6: Sim, uma vez que se aprende algo, você leva aquilo para vida toda. E através deste conhecimento estou me preparando para entrar na faculdade lá fora.

A33: Sim, o que eu tenho aprendido aqui vai me ajudar muito lá fora.

A49: Sim pois tenho me dedicado. Eu abri meu coração para aprender algo novo.

A58: Aprendo todo dia com os olhares de cada um dos meus professores que se esforçam em nos ensinar, me dão esperança para um futuro melhor.

Para a pesquisadora os alunos veem a escola como um meio de mudança de vida, relacionando-a com novas oportunidades de trabalho, novas perspectivas de vida e esta visão faz com que haja, por parte dos alunos, uma valorização na oportunidade de dar continuidade aos estudos.

A26: Me ajudará sim, irei arrumar um bom emprego e ter um futuro bom para dar para os meus filhos.

A17: Posso arrumar um trabalho bom e não preciso voltar para o crime.

A58: Estou elevando meus estudos para ter uma profissão melhor.

Na pergunta sete, ao serem questionados se mesmo com ausência da remição eles estariam estudando, cerca de 3% apontaram que não estudariam se não houvesse a redução de pena. Estes 3% reconhecem a importância da escola, contudo estudam apenas para obter remição. Os demais, 97% afirmam que estudariam mesmo que não houvesse a remição.

A25: Estudaria, pois estou aprendendo e melhorando meus conhecimentos.

A32: Estudaria, estou ocupando meu tempo, minha mentalidade.

A45: Estudaria de qualquer forma pois se estivesse feito isso quando era jovem, eu não teria passado por tantas coisas. Eu não estou na escola para redução de pena.

As demais perguntas, estavam diretamente relacionadas ao ensino e aprendizagem de matemática, são elas: Você acha importante estudar matemática? Por que? O que aprendeu ou está aprendendo em matemática têm alguma utilidade para sua vida dentro e fora prisão? Por que? Você acha que deveria aprender outras coisas nas aulas de matemática? Por que? Estes questionamentos buscavam identificar a opinião dos alunos sobre a importância de aprender a matemática e sobre a utilidade do que estão aprendendo dentro e fora da prisão.

Apenas dois estudantes relataram não fazer uso da matemática no seu dia a dia. Neste contexto, a Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos alertava sobre a importância da contextualização dos conteúdos matemáticos, apresentando-os relacionando a uma ou mais situações que façam sentido para os alunos, por meio de conexões com questões do cotidiano dos alunos e com problemas ligados a outras áreas do conhecimento. Nesta perspectiva Fonseca (2012, p. 37) nos alerta

Em geral pessoas adultas, quando não introjetam completamente as representações que lhes atribuem os professores, a escola, o sistema, ou a sociedade, tendem a não formular explicitamente seu desconforto ou constrangimento diante de tais ações pedagógicas, mas se deixam invadir pelo desinteresse e pelo desânimo, alimentado, principalmente, pela impossibilidade de conferir sentido àquilo que se veem obrigados a realizar.

Os demais alunos, aproximadamente 97%, acreditam na importância do aprendizado da matemática. Alguns conseguem relacionar os conteúdos aprendidos com situações do cotidianas, mas ~~a maioria acaba ficando~~, por diversas vezes, restrita ao uso da matemática para ir ao mercado.

A7: Acho a matemática muito importante porque senão, se você não saber fazer contas como você vai voltar o troco para as pessoas? Estou aprendendo

a fazer outros tipos de contas, assim agora vou poder fazer negociações e não vou ser passado para trás.

A52: Matemática é uma das melhores matérias, ela faz parte da nossa vida e está por todo lado.

A60: A matemática está em tudo.

A22: Tudo na vida envolve matemática.

A31: Tudo que fazemos, vendemos, compramos, se resume em cálculos.

A12: Tudo que fazemos na vida tem matemática incluída de alguma forma.

A34: A matemática é a base de tudo. Em tudo que faz é preciso de matemática.

Embora os alunos apresentem dificuldades de relacionar os conteúdos matemáticos com o dia a dia, cerca de 13% dos entrevistados ressaltaram a importância da matemática na construção civil, devido às suas experiências profissionais em obras. Outros 3% ressaltaram a importância dos conteúdos aprendidos nas aulas matemática por eles possibilitarem o cálculo da redução da pena, em função das remições.

A8: A matemática é a base de tudo, em tudo que a gente vá fazer é preciso da matemática. Além de estar aprendendo cada vez mais, eu sinto que estou sendo ressocializado. Sinto que o que estou aprendendo seja o necessário.

A43: A matemática em si envolve todos os tipos de realidade, ela está presente em tudo que fazemos, ela se encaixa em várias questões do nosso cotidiano. Tem utilidade aqui dentro e principalmente lá fora na minha área de trabalho que é a construção civil, a matemática é essencial. Eu pretendo fazer uma faculdade lá fora de engenharia civil onde a matemática é usada mais ainda.

Para a pesquisadora os alunos possuem um conhecimento matemático oriundo de suas vivências profissionais, sociais e pessoais. Contudo muitos não conseguem fazer uma correlação com os conteúdos matemáticos, pois fica apenas relacionada a questões financeiras como ir ao mercado.

Quanto a necessidade de mudanças na escola, para atender aos seus anseios ao deixar o sistema prisional, 81,6% dos entrevistados expressaram a necessidade de um curso profissionalizante ou uma faculdade, visando o mercado de trabalho. Dentre as

mudanças citadas alguns relatam a dificuldades diversas na condução dos presos às salas de aula.

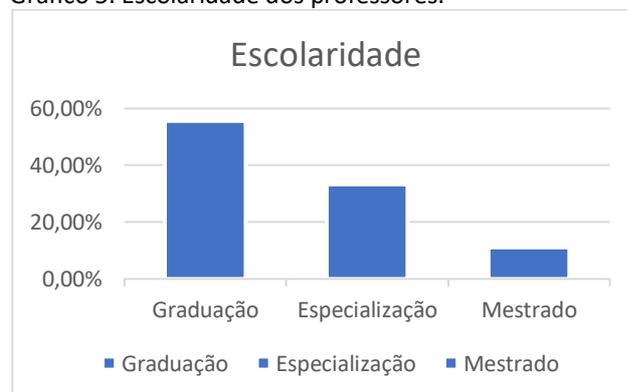
Diante da análise dos questionários dos alunos verifica-se embora alguns alunos apresentem dificuldades no processo de ensino-aprendizagem, há uma apreciação da escola por parte os alunos que se encontram em restrição de liberdade, sendo encarada como uma nova chance.

4.2 Análise do questionário dos professores

Buscamos traçar o perfil dos professores que possuem experiência atuando nas escolas prisionais, as três primeiras perguntas visavam caracterizar este público alvo da pesquisa. Participaram nove professores participantes, dos quais cinco são do sexo masculino e quatro são do sexo feminino. Quanto à faixa etária seis dos professores entrevistados possuem idade entre 30 e 45 anos e três abaixo dos 30 anos.

Quanto à escolaridade dos professores que ministram aulas de matemática nas escolas prisionais, sete possuem graduação em matemática e dois além de serem graduados em matemática, são graduados em física. Questionados ainda sobre o nível de formação, cinco possuem apenas a graduação, três possuem pós-graduação *lato sensu* e um entrevistado possui mestrado. Vale ressaltar que a resolução do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (2009) estabelece em seu art. 10 que os “educadores, gestores e técnicos devem ter acesso a programas de formação inicial e continuada que levem em consideração as especificidades da política de execução penal”.

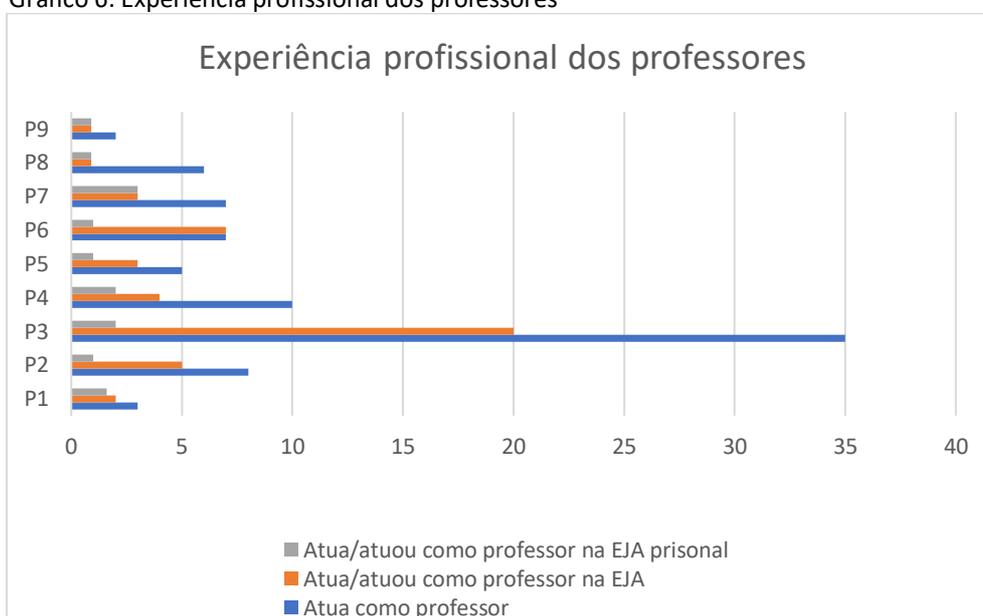
Gráfico 5: Escolaridade dos professores.



Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora.

Os professores foram indagados sobre suas experiências profissionais. Dentre os participantes sete trabalham na educação a mais de cinco anos e os demais possuem menos de cinco anos de experiência. Um dos professores relatou ter 35 anos de atuação. Em seguida restringimos a pergunta, especificando o tempo de atuação no ensino de matemática na EJA com pessoas em privação de liberdade. Cinco atuam ou atuaram um ano ou menos no ensino de matemática nas escolas prisionais e quatro possuem mais de um ano, sendo que o entrevistado mais experiente possui apenas três anos de atuação. Seis participantes da pesquisa são de Minas Gerais, seis dos participantes, e os demais são de Santa Catarina.

Gráfico 6: Experiência profissional dos professores



Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora.

Quando questionados sobre continuarem na educação prisional, apenas três não pretendem continuar trabalhando neste campo, alegando ter preferência em trabalhar no ensino regular. Seis professores afirmam que desejam continuar atuando em escolas prisionais, dois deles afirmaram ser gratificante e recompensador ser professor dos presidiários, outro professor ressaltou a importância do seu trabalho no processo de ressocialização dos detentos. É importante observar que a maioria dos professores entrevistados pretendem continuar atuando nessas escolas, mesmo que a recomendação da resolução do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (2009) não seja

seguida, “os educadores que atuam nos espaços penais recebam remuneração acrescida de vantagens pecuniárias condizentes com as especificidades do cargo”, este fato foi relatado por cinco professores participantes da pesquisa

Com relação ao percurso profissional que levou cada um a lecionar para pessoas em privação de liberdade, apenas 1 dos participantes evidenciou o cárcere como uma possibilidade de emprego por não ter encontrado outra opção. Os demais revelaram apenas ser uma oportunidade que lhes foi apresentada.

Baseado nas experiências profissionais dos professores, procurou-se identificar quais as principais diferenças na EJA ao trabalhar com pessoas em liberdade e aquelas em privação de liberdade, dentre as respostas apresentadas destacamos o respeito e a vontade de aprender de alunos em privação de liberdade, citado por quatro professores. Apenas um dos entrevistados citou apenas o espaço físico do presídio, salas maiores com menos alunos e que permanecem trancadas durante as aulas, e outro professor ressaltou que muitos detentos vão apenas por conta da remição, e conseqüentemente não aproveitam a oportunidade de aprendizagem.

Para a pesquisadora as diferenças estão na menor quantidade de alunos nas salas de aula, que comportam no máximo 15 alunos, e o respeito com os professores, não havendo dificuldades relacionadas à indisciplina. Em relação a estrutura física a principal diferença é que as salas ficam trancadas, não havendo a possibilidade de sair sem que o agente abra a porta.

A próxima pergunta do questionário visava identificar as vantagens encontradas no processo de ensino e aprendizagem de matemática ao trabalhar com pessoas em privação de liberdade. Analisando as respostas obtidas no questionário, constata-se que todos os participantes apontam o interesse e o comprometimento dos estudantes com as aulas como as principais vantagens de se trabalhar na escola prisional. Um dos participantes ressalta ainda o maior interesse dos alunos em compreender os conceitos matemáticos.

Para a pesquisadora as vantagens estão relacionadas à disciplina dos alunos durante as aulas, e também ao interesse apresentado por eles. Devido a não obrigatoriedade do estudo, acabam frequentando as aulas apenas os alunos que possuem interesse em aprender e alguns interessados na remição de pena, isto facilita o trabalho

do professor, tendo em vista que os interessados na remição não interagem, mas não atrapalham.

Quando questionados sobre as principais dificuldades encontradas no processo de ensino e aprendizagem de matemática ao trabalhar com pessoas em privação de liberdade, as respostas foram diversas, algumas apontando para a dificuldade de aprendizagem dos detentos, outras para a diversidade de níveis de conhecimentos dos alunos, principalmente em turmas multisseriadas, compostas por alunos de diferentes níveis escolares, ou seja, “alunos analfabetos, junto com analfabetos funcionais e alfabetizados”. Entretanto uma das respostas se fez presente em 55,5% dos relatos: a falta de recursos.

Para a pesquisadora a principal desvantagem está relacionada a tensão do ambiente de trabalho, a ter que ficar atenta a dinâmica do presídio, tendo por vezes que sair da sala, conforme orientação da segurança, por estarmos sujeito rebeliões. Outra desvantagem é a grande movimentação dos alunos, que por vezes são transferidos e novos alunos são matriculados, dificultando a continuidade do processo de ensino e aprendizagem.

Com relação as discrepâncias entre os conhecimentos demonstrados oralmente e na forma escrita pelas pessoas em privação de liberdade, apenas um professor afirmou que em suas experiências não se deparou com diferenças entre o conhecimento oral e o escrito. Os demais revelaram que seus alunos possuem dificuldades em escrever as soluções das situações problemas, ficando evidenciado no relato do professor

PI: Sim. Esses alunos valorizam muito a experiência já vivenciada para resolverem determinados problemas, porém encontram dificuldades em registrar a estratégia desenvolvida.

Questionados sobre a utilização de metodologias diferenciadas, além da aula expositiva, cinco professores alegaram não fazer uso de outras metodologias, devido à falta de recursos nas unidades prisionais e as restrições impostas. As limitações mencionadas pelos professores são comuns dentre as escolas prisionais, dado que seguem as exigências de segurança impostas pelos presídios. Os outros quatro fazem uso de jogos e dinâmicas.

Para a pesquisadora a dificuldade de utilização de metodologias diferenciadas, impostas pela segurança, acabam interferindo na qualidade do ensino. Isto ocorre, muitas vezes, pela ausência de materiais e até mesmo livros didáticos, o que faz com que alguns conteúdos sejam trabalhados de forma superficial. Esta concepção está relacionada aos conceitos de Lemburguer (1999), a qual nos atenta que a escola, teoricamente um veículo de mobilidade social, não surte os efeitos esperados.

A pergunta seguinte versou sobre o que poderia ser alterado/aperfeiçoado no processo de ensino e aprendizagem para pessoas em privação de liberdade, a fim de propiciar condições para ressocialização e reinserção social dos alunos, dentre as respostas obtidas destacamos a compatibilidade das respostas apresentadas pelos alunos e professores, os quais citaram: a oferta de cursos profissionalizantes e a atenuação da relação entre os alunos e os agentes penitenciários.

Com relação aos conteúdos da disciplina de matemática, os professores consideram importante abordar metodologias diferenciadas ao ministrar aulas aos alunos em privação de liberdade, a fim de propiciar condições para ressocialização e reinserção social, tivemos um consenso dentre as respostas apresentadas. Nenhum dos professores citou um conteúdo específico, mas todos apontaram a relevância da contextualização através de situações corriqueiras da vida dos estudantes. Este posicionamento converge com as orientações da Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos (2002), que ressalta a importância da contextualização.

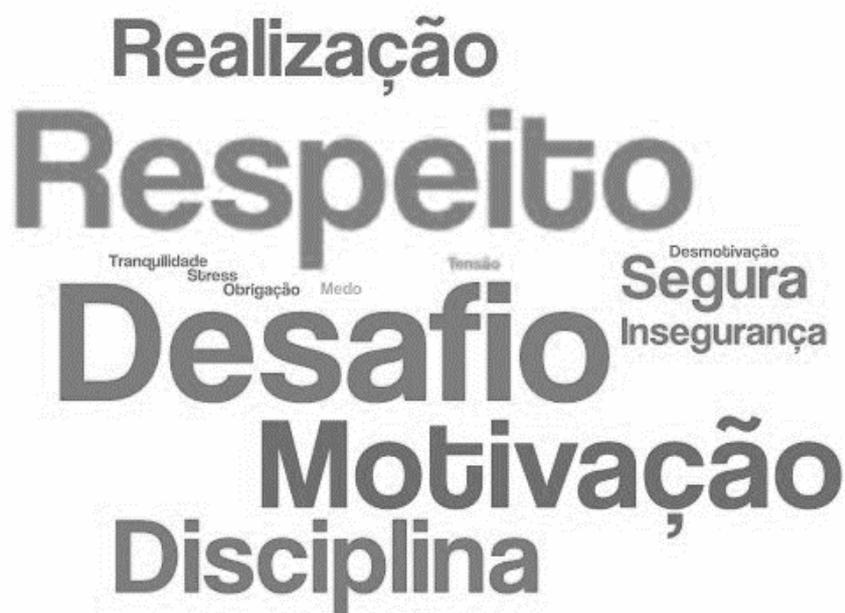
Sobre quais orientações dariam a um futuro professor de matemática que venham exercer a profissão em um ambiente com pessoas de privação de liberdade, 44,4% das respostas visavam a adequação dos conteúdos a serem ministrados, os demais orientaram a não terem medo.

P2: “Tranquilidade e escuta. Não é como ser um professor em escola fora do sistema. Medir as palavras e tentar agradar a eles. Porque sem isso, não você não permanecerá lá dez dias!

Por fim foi apresentada uma lista de palavras para os professores selecionarem as palavras que caracterizassem suas experiências profissionais e de vida no âmbito das escolas prisionais. Cabe ressaltar que essas palavras fazem parte da vivência da

pesquisadora enquanto professora de uma escola prisional. Na figura 1 dispomos essas palavras por meio de nuvem de palavras. Nuvem de palavras é um gráfico digital que mostra o grau de frequência das palavras em um texto. Quanto mais a palavra é utilizada, mais chamativa é a representação dessa palavra no gráfico. As palavras aparecem em fontes de vários tamanhos e em diferentes cores, indicando o que é mais relevante e o que é menos relevante no contexto. Vejamos:

Figura 1 Palavras representativas



Para os professores participantes a palavra que mais representa a experiência de trabalhar em escolas prisionais é desafio. Para a pesquisadora esta palavra também é a que melhor define a vivência enquanto professora de uma escola prisional. O desafio consiste em superar muitos pré-conceitos que são pregados pela sociedade quanto a visão sobre quem são os detentos. Cabe ressaltar que a palavra desafio não está relacionada ao medo pois nenhum professor relata ter este sentimento. Estabelecendo uma correlação com as demais respostas do questionário acredita-se que outro grande desafio esteja na realização de uma proposta educacional que favoreça além da exposição dos conteúdos didáticos, a ressocialização.

A realização é outro destaque e esta pesquisadora infere, baseada na própria experiência, que tem relação com a efetividade do trabalho realizado. Diante das respostas

apresentadas, nota-se uma satisfação pessoal de cada professor ao exercer seu papel dentro das escolas prisionais.

O respeito e a motivação são sentimentos bastante citados na pergunta sobre as vantagens de se trabalhar nas escolas prisionais. Nota-se a coerência ao continuarem sendo aqui evidenciados.

Nota-se uma diferença pequena entre os professores que se sentem seguros e os que se sentem inseguros trabalhando em escolas prisionais. Esta divergência de sentimentos pode estar relacionada às peculiaridades de cada unidade prisional, quanto aos procedimentos que visam a segurança. As outras palavras, tranquilidade, stress, desmotivação, tensão, foram pouco citadas.

A análise dos questionários trouxe referências relevantes, uma vez que reuniu as informações relacionadas às experiências, os anseios, as dificuldades e as expectativas dos professores. Diante da análise feita, destaca-se como um dos grandes desafios dos professores que atuam nas escolas prisionais a falta de recursos metodológicos e materiais adequados para trabalhos com a EJA, sendo este um fator presente na maioria dos relatos.

De modo geral, os professores apresentam perfis semelhantes, apontando em sua maioria para uma atuação docente estimulada por questões profissionais relacionadas a uma proposta educacional que vise a garantia dos direitos humanos fundamentais.

5 SEQUÊNCIA DIDÁTICA: CONSTRUÇÃO DE SOFÁ DE GARRAFA PET NAS AULAS DE MATEMÁTICA

A função do educador não se esgota na execução dos conteúdos dispostos nas grades curriculares, é importante transmitir valores e visões de mundo. Visando a contribuir com outros docentes, a partir da divulgação de atividades que possuem esta perspectiva, será apresentada, neste capítulo, uma sequência didática para a construção de um sofá com as garrafas pet. Ressalta-se que a referida sequência foi desenvolvida a partir de uma experiência vivenciada em uma unidade prisional pela professora pesquisadora, com aulas de 45 minutos e turma de 15 alunos.

Há unidades prisionais que fornecem refrigerantes a todos os detentos, gerando uma enorme quantidade de lixo (garrafas pet). A partir da percepção deste fato, foram feitas algumas pesquisas, buscando alternativas para modificar esta realidade, uma alternativa ecológica para a reutilização das garrafas. Foram considerados os materiais disponíveis e autorizados para utilização nas unidades prisionais. Cabe ressaltar que, embora houvesse outras possibilidades interessantes para o reaproveitamento das garrafas, a implementação era impossibilitada devido às normas estabelecidas pela segurança da unidade prisional, que impede a utilização de determinados instrumentos. Consequentemente optou-se pela construção do sofá.

A **primeira aula** deve ser utilizada para a elaboração do projeto e planejamento de execução da construção do sofá, pelos alunos.

- 1) Faça uma exposição sobre a quantidade de lixo gerada, o tempo de degradação de alguns materiais, especialmente o plástico, e sobre a necessidade de reciclagem do lixo.
- 2) Explique a proposta de trabalho.
- 3) Separe os alunos em grupos compostos por cinco integrantes.
- 4) Peça para cada grupo elaborar um esboço de criação de um sofá de 3 lugares, estipulando medidas e materiais necessários. Os alunos devem estar com réguas, papel e lápis.
- 5) Em seguida, peça a cada grupo para apresentar o resultado de seu trabalho.

6) Promova uma discussão sobre quais as características mais adequadas expostas por cada um para a elaboração de um único projeto de sofá com garrafa pet. Prepare algumas questões norteadoras para a discussão, tais como: Qual a o espaço necessário para que cada pessoa se sente? Qual a altura do assento que tornará o sofá confortável? Qual a altura do encosto para que o sofá seja confortável? É necessário que o sofá tenha braços? Qual a altura conveniente dos braços? E a espessura dos braços, qual deve ser?

Na **segunda aula**, deve ser discutido o projeto elaborado a partir das propostas apresentadas pelos alunos.

- 1) Apresente o projeto final.
- 2) Discuta as medidas escolhidas, trabalhando as unidades de medida de comprimento em centímetros e metros. Além disso, discuta sobre a conversão dessas medidas.
- 3) Trabalhe o cálculo de perímetros de quadrados e retângulos, tanto em metros como em centímetros.
- 4) Promova o cálculo de áreas de quadrados e retângulos, tanto em centímetros quadrados quanto em metros quadrados. Aqui poderão ser trabalhados, além das unidades de área, a multiplicação de números decimais.

Na **terceira aula**, além da limpeza das garrafas pet, será executada a construção do assento.

- 1) Inicie promovendo a limpeza das garrafas pet, deixando os rótulos nas garrafas, uma vez que a ideia é reduzir o descarte de lixo no meio ambiente.
- 2) Designe um aluno da turma que será responsável por registrar o material gasto.
- 3) Socialize que o assento será construído em 3 blocos, onde cada bloco será utilizado para um assento, os quais serão acoplados posteriormente.
- 4) Repasse as orientações sobre o processo de criação das peças para construção do assento, quais sejam: cortar uma garrafa na altura do rótulo e encaixá-la na parte superior (bico) de uma garrafa inteira, passando fita adesiva na emenda das garrafas.
- 5) Cada aluno deverá construir uma peça. Faça com que meçam a altura das peças e verifiquem se a altura se aproxima do que foi idealizado para o assento.

- 6) Divida a turma em 3 grupos. Faça com que verifiquem quantas peças deverão ser acopladas para formar um assento (4x4 peças), fazendo com que verifiquem as medidas, os perímetros e as área aproximadas de faces dos assentos. Além disso, solicite que calculem o número de garrafas utilizado.
- 7) Faça com que juntem os blocos com fita adesiva, formando os assentos.
- 8) Imaginando os assentos como paralelepípedos, trabalhe os conceitos de faces, vértices e arestas.
- 9) Trabalhe o cálculo do volume dos assentos.

Na Figura 2, é possível observar um exemplo de construção das peças elencadas anteriormente.

Figura 2 Produção do sofá



Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora.

Na **quarta aula** serão construídos os braços e encosto, bem como será feita a montagem do sofá.

- 1) Divida a turma em 3 grupos, dos quais 2 trabalharão com os braços e 1 grupo maior trabalhará com o encosto.
- 2) Designe um aluno da turma que será responsável por registrar o material gasto. E repasse os dados da aula anterior para ele.
- 3) Socialize que as peças dos braços do sofá serão montadas da seguinte forma: cortar duas garrafas na altura do rótulo e encaixar uma das garrafas cortadas na parte superior de uma garrafa inteira (bico) e a outra na parte inferior da referida garrafa, passando fita

adesiva em todas as emendas. E faça com que cada grupo que trabalhará com os braços construa um bloco de 2 x 6 peças. Solicite que calculem o número de garrafas utilizado.

4) Informe que para o encosto as peças serão construídas do seguinte modo: corte quatro garrafas na altura do rótulo e encaixe duas das garrafas cortadas na parte superior da garrafa inteira (bico) e as outras duas na parte inferior da referida garrafa passando fita adesiva em todas as emendas. E faça com que o grupo que trabalhará com o encosto construa um bloco de 2 x 6 peças.

5) Solicite que calculem as medidas das arestas, as áreas e perímetros das faces e o volume de cada bloco, usando centímetros e metros.

6) Reúna todos os alunos e promova a montagem do sofá com fitas adesivas e amarre com fio de Sisal, para obter maior rigidez.

Figura 3 Sofá de garrafa pet



Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora.

Na **quinta aula** será feito o revestimento do sofá.

- 1) Designe um aluno da turma que será responsável por registrar o material gasto. E repasse os dados das aulas anteriores para ele.
- 2) Faça com que os estudantes revistam toda estrutura com papelão. Nesse momento, juntamente com a turma, trabalhe o cálculo da quantidade de papelão necessária.
- 3) Peça aos alunos que encapem a estrutura com folhas de EVA.
- 4) Solicite aos discentes que façam o acabamento do sofá com papel contat.

Embora existam outras possibilidades para cobrir o sofá, a escolha do acabamento deverá ser feita de forma a envolver materiais estejam em conformidade com as normas de segurança da unidade prisional. Na Figura 5 é possível visualizar um exemplo desta etapa de recobrimento da estrutura do sofá com o papel contat.

Figura 4: Exemplo de sofá encapado



Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora.

Ao final os alunos devem experimentar o sofá, o qual será disponibilizado para a unidade prisional.

Na **sexta aula** será trabalhado preço de custo e o lucro que pode ser obtido com a venda do sofá.

- 1) Faça o fechamento do cálculo da quantidade de material e forneça os valores de cada material comprado.
- 2) Solicite que os alunos calculem o preço de custo do sofá, incluindo o valor da mão de obra que eles devem atribuir.
- 3) Aborde os conteúdos de porcentagem e lucro.
- 4) Solicite que os alunos calculem o preço de venda do sofá com um lucro de 25%, 30% e 50%.

Pela experiência da pesquisadora a sequência didática da construção do sofá, com as garrafas pet oriundas da própria unidade prisional, é uma atividade enriquecedora em diversos contextos. Dentre os quais é importante ressaltar

- 1) **A interação dos alunos e o envolvimento com a atividade** - A princípio os alunos poderão se mostrar receosos quanto a realização do projeto, pois possuem uma visão de que a escola deve ser apenas pautada na execução dos conteúdos via

giz e quadro. Contudo, à medida que o referido projeto vai sendo executado e o sofá começa a criar forma, os alunos se sentem mais motivados e passam a interagir. Cabe ressaltar que o projeto poderá ser modificado, conforme surgimento de novas ideias e também buscando soluções para possíveis os entraves que poderão aparecer, devido a dinâmica de cada unidade prisional. Os alunos da EJA tendem a ter uma visão empreendedora e acabam propondo adequações no projeto visando a redução do número de materiais/custo para a venda dos sofás.

- 2) **A conscientização a respeito da importância de preservação do meio ambiente vinculada ao projeto** - É muito importante durante a execução do projeto a motivação dos alunos. Poderão surgir questionamentos relacionados à viabilidade ou não da construção do sofá quanto ao aspecto financeiro. Entretanto, a construção do sofá com garrafas pet possui um significado muito maior além do que a questão financeira, visamos a reutilização das inúmeras garrafas pet que irão demorar mais de 100 anos para se decompor, se descartadas no meio ambiente.
- 3) **Aplicação de conceitos matemáticos** - Com a execução do projeto será possível a aplicação e reforço de alguns conteúdos em sala de aula. A contextualização e aplicabilidade dos conteúdos tornarão as aulas bastante atrativas, os alunos terão uma melhor compreensão acerca dos conceitos trabalhados.

É perceptível que o professor é responsável por estimular os alunos a participarem das aulas e do cotidiano escolar como um todo. Além disso, mesmo com a falta de recursos e materiais nas escolas prisionais, por meio desta proposta é possível visualizar que existem alternativas para a execução de projetos que viabilizem a ressocialização do detento, a aptidão do indivíduo para reinserção na sociedade com conhecimentos, atitudes e valores que subsidiem seu desenvolvimento.

Ressaltamos que esta sequência didática possui pouco significado em termos de inovação, visto que existem diversos artigos publicados a respeito da criação de sofás de garrafas pet. Mas, diante das poucas alternativas presentes na educação prisional, devido

às restrições de materiais e recursos didáticos, esta experiência poderá proporcionar o desenvolvimento de um projeto que está em conformidade com as normas da escola e das unidades prisionais. Caber ressaltar o potencial de envolvimento dos alunos, tornando-os mais ativos e interessados, além de propiciar conhecimentos matemáticos, habilidades para produzir mercadorias que poderão ser comercializadas, a conscientização sobre a agressão do lixo ao meio ambiente.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste espaço, retomamos a pergunta de pesquisa que motivou e norteou a realização deste estudo. Na sequência, apresentamos as contribuições alcançadas para os interessados pelas questões que envolvem o processo de ensino e aprendizagem de matemática para alunos em restrição de liberdade, especialmente, o ensino de matemática. Finalizamos, então, tecendo algumas considerações finais para esse estudo.

Os resultados obtidos nos possibilitaram tecer algumas considerações a respeito de como tem se dado o processo ensino e aprendizagem nas escolas prisionais e também como é o ensino de matemática para alunos em restrição de liberdade. Estas são algumas situações suscetíveis a reflexões e estudos sobre a temáticas apresentada neste trabalho.

A princípio, vimos que é necessário entender o acesso à educação como um direito do detento. Nesse sentido, a prisão é vista apenas como a perda do direito de mobilidade, não dos direitos de dignidade, respeito e educação.

A baixa escolaridade a população carcerária aponta para a relevância das instituições escolares no âmbito das unidades prisionais. Esta baixa escolaridade foi constatada por pesquisas publicadas pelo DPEN e reforçadas nas repostas obtidas no questionário dos alunos, onde muitos justificaram o abandono escolar com a falta de interesse na escola, ingresso no mercado de trabalho e uso de drogas. Contudo, apesar do desinteresse pela escola ser a causa mais frequente para o abandono escolar, os alunos manifestaram em seus relatos sobre a importância que a escola possui e que o aprendizado adquirido na escola pode contribuir para a aberturas de novas oportunidades em suas vidas profissionais.

Ainda sobre os alunos, é possível perceber através dos relatos que eles acompanham as aulas, porém a partir de algumas respostas percebemos que eles se encontram perdidos em relação a aprendizagem matemática. Existe, inclusive, um pouco de incoerência com relação as suas respostas quando questionados sobre a aplicabilidade dos conteúdos aprendidos.

Verifica-se por meio dos relatos que os alunos apresentam conhecimentos matemáticos adquiridos ao longo de sua vivência, porém há uma dificuldade na escrita matemática, ou seja, há uma discrepância entre o conhecimento demonstrado oralmente e na forma escrita. Esta adversidade é presente no relato dos alunos, que apontam para a

dificuldade nas operações básicas mas fazem uso constantemente em situações comerciais, o que também pode ser constatado nos relatos dos professores.

Diante das concepções dos professores participantes da pesquisa, percebemos que concordam sobre a importância de uma metodologia adequada para promover o aprendizado dos presidiários. Para que o detento aprenda os conteúdos, é preciso romper barreiras do ensino tradicional, favorecendo de alguma forma a contextualização dos conteúdos, possibilitando aos encarcerados a construção de seu conhecimento.

Também é unanimidade a visão de escola modelo, aquela que promove a reinserção dos detentos no convívio social e que vai ao encontro ao que os teóricos indicam sobre a ressocialização. Ou seja, a escola que valoriza as adversidades apresentadas pelos alunos e se prepara e se adequa para melhor recebê-los.

Ainda analisando as respostas obtidas pelos questionários dos professores é possível verificar que há um entusiasmo presente na atuação docente estimulada por questões profissionais relacionadas a uma proposta educacional que visa a garantia dos direitos humanos fundamentais.

No espaço dos questionários destinados a sugestões há uma alternativa presente tanto nos relatos dos alunos e quanto dos professores, os quais apontam para a necessidade da oferta de cursos profissionalizantes nas escolas prisionais de modo a propiciarem uma perspectiva melhor de empregabilidade aos detentos.

Tendo como base os apontamentos anteriores, procuramos responder, a seguir, a pergunta de pesquisa posta no início deste estudo. Quais os desafios enfrentados e as expectativas formadas por professores e alunos no processo de ensino e aprendizagem de matemática nas escolas prisionais, na perspectiva da reintegração social?

Neste sentido cabe aos professores promover situações que proporcionem não só a transmissão dos conteúdos didáticos, mas que viabilizem a aquisição de conhecimento, concomitantemente ao desenvolvimento de habilidades intelectuais e do pensamento crítico e reflexivo. Tornando os cidadãos, conseqüentemente, mais aptos a conviver em uma sociedade cada vez mais exigente, garantindo a ressocialização.

No entanto, através das respostas dos questionários, percebemos que os professores pesquisados possuem dificuldades para trabalhar em sala de aula nas escolas prisionais, fazendo uso dos mesmos materiais utilizados para os alunos das escolas

regulares, devido a questões de segurança. Assim, às vezes, é difícil executar atividades que concebem como um ensino adequado aos alunos em privação de liberdade. Cabe ressaltar que as restrições de materiais podem variar de uma unidade prisional para outra.

Constatou-se, também, que existem poucas propostas didático metodológicas, voltadas para o ensino de matemática para jovens e adultos, desenvolvidas com intuito de auxiliarem os professores trabalhar em sala de aula com alunos privados de liberdade, o que acaba dificultando o trabalho dos professores.

É necessário salientar que aulas de matemática expositivas, onde são utilizados apenas o giz e o livro didático para abordar certos conceitos, podem ocasionar uma ineficiência na aprendizagem dos alunos, bem como falhas no domínio de conteúdos básicos. Faz-se necessário o uso de recursos diferenciados, sempre que possível, em suas aulas visando favorecer o aprendizado.

Com isto, notamos que são necessárias mudanças profundas nas práticas dos professores em sala de aula, e essas mudanças devem começar desde a formação inicial do professor, com a finalidade de melhor capacitá-lo a fim de atender às diferentes necessidades dos alunos, pois os mesmos não estão sabendo desenvolver metodologias adequadas que proporcionem uma aprendizagem efetiva a todos, respeitando as competências individuais e as individualidades de cada aluno. Conjuntamente com a formação dos professores, faz-se necessário a percepção dos gestores das unidades prisionais quanto a necessidade da utilização de diferentes recursos metodológicos afim de efetivar a aprendizagem dos detentos.

Nesse sentido, surgem alguns questionamentos me inquietam a respeito de minhas futuras práticas e me movem em direção a futuras investigações, tais como: Qual deveria ser a minha postura como professora de alunos em restrição de liberdade? Como escolher uma metodologia que melhor se adapte as necessidades de alunos? E onde encontrar propostas que sejam eficazes para o ensino de matemática para alunos em restrição de liberdade? Como trabalhar em escolas que não possuem recursos tecnológicos suficientes para o planejamento de suas aulas, quais serão as possíveis alternativas?

Por fim concluímos que a ressocialização não é permitir que alunos com restrição em liberdade frequentem as escolas, mas também dar aos profissionais, condições para trabalhar de forma coerente e eficaz, com um método realmente que promova o

aprendizado, para que esses profissionais consigam propiciar condições de ensino e de aprendizagem para os detentos. Entende-se, nesse aspecto, a pertinência de atender aos que são inseridos nas escolas prisionais e favorecer uma educação de qualidade, garantindo-lhes o direito de acesso à educação e ao processo formativo no seio da escola.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Alexandre. Educação de Jovens e Adultos privados de Liberdade: perspectivas e desafios. Disponível em [http: <http://www.fumec.br/revistas/paideia/article/viewFile/953/72>](http://www.fumec.br/revistas/paideia/article/viewFile/953/72) Acesso em: 10 out. 2018

BRASIL. Ministério da Educação. Governo Federal. Base Nacional Curricular Comum: BNCC-APRESENTAÇÃO. Disponível em: [<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/BNCC-APRESENTACAO.pdf>](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/BNCC-APRESENTACAO.pdf). Acesso em: 07 de Ago. 2019

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2002

BRASIL. Decreto nº 7.626, de 24 de novembro de 2011a. Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional. 2011a. Disponível em: [<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7626>](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7626). Acesso em: 03 out. 2014.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em: [<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394>](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394). Acesso em: 03 out. 2018.

BRASIL. Lei de Execução Penal, Lei n. 7.210 de 11 jul. 1984. Disponível em: [<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm>](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm). Acesso em: 07 out. 2018

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental - Proposta Curricular para a educação de jovens e adultos: segundo segmento do ensino fundamental: 5º a 8º série, introdução / Secretaria de Educação Fundamental, 2002. 240 p.: il.: v. 3 Disponível em: [<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/propostacurricular/primeirosegmento/propostacurricular.pdf >](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/propostacurricular/primeirosegmento/propostacurricular.pdf). Acesso em 01 out. 2018.

CRAIDY, Carmem. A educação no sistema penitenciário-sua importância na ressocialização. Disponível em: [<https://monografias.brasilecola.uol.com.br/direito/a-educacao-no-sistema-penitenciario-suaimportancia-na-ressocializacao.htm>](https://monografias.brasilecola.uol.com.br/direito/a-educacao-no-sistema-penitenciario-suaimportancia-na-ressocializacao.htm). Acesso em: 10 abr. 2018.

ERDELYI, Maria. Brasil dobra número de presos em 11 anos, diz levantamento; de 726 mil detentos, 40% não foram julgados. Disponível em: [<https://g1.globo.com/politica/noticia/brasil-dobra-numero-de-presos-em-11-anos-diz-levantamento-de-720-mil-detentos-40-nao-foram-julgados.ghtml>](https://g1.globo.com/politica/noticia/brasil-dobra-numero-de-presos-em-11-anos-diz-levantamento-de-720-mil-detentos-40-nao-foram-julgados.ghtml). Acesso em: 05out. 2018.

FACEIRA, Labélia. Lei de execuções penais: um olhar sobre a assistência a pessoa presa, Paco Editorial: 2013.

FERNANDES, Linimar. Proposta para o ensino de frações em espaços prisionais. Disponível em < http://www.sbembrasil.org.br/enem2016/anais/pdf/8016_3766_ID.pdf>. Acesso 05 mar 2020.

FIORENTINI, Dario; LORENZATO, Sergio. Investigação em educação matemática: percursos teóricos e metodológicos / Dario Fiorentini, Sergio Lorenzato. – 3. ed. rev. – Campinas, SP: Autores Associados, 2012. – (Coleção formação de professores)

FONSECA, Maria. Educação Matemática de Jovens e Adultos: especificidades desafios e contribuições – 3 ed – Autentica Editora, 2012.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 35. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

GAIÓSKI, Luzia. Os Três momentos pedagógicos para o ensino de matemática na educação de jovens e adultos em privação de liberdade. Disponível em <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4389/1/PG_PPGECT_M_Gai%C3%B3ski%2c%20Luzia_2019.pdf>. Acesso 06 mar 2020.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JULIÃO, Elionaldo. Educação Para Jovens e Adultos em situação de restrição e privação de liberdade: Questões, avanços e perspectivas, 2013.

LIMA, Igor e JUNIOR, Lourival. Matemática Lúdica na Educação de Jovens e Adultos do Centro de Progressão Penitenciária do Distrito Federal. Disponível em <<https://www.redalyc.org/pdf/4675/467547716032.pdf>>. Acesso 05 mar 2020.

LEMBUGUER, Julita. Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres. Rio de Janeiro: Forense: 1999.

NOVELLI, Juliana; LOUZADA, Shênia Soraya Soares. O trabalho do professor dentro das penitenciárias. Revista Trajetória Multicursos – FACOS, Ano 3, v. 5, n. 6, jul. 2012.

MAEYER, Marc de. Na prisão existe a perspectiva da educação ao longo da vida? Revista de Educação de Jovens e Adultos: alfabetização e cidadania. Brasília, n. 19, 2006.

MEIRA, Claudia e FANTINATO, Maria. EJA em contexto de privação de liberdade: saberes potencializados pelo olhar etnomatemático. Disponível em <<http://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt18-3964.pdf>> Acesso 04 mar 2020.

MIRANDA, Leila; SOUZA, Leonardo; PEREIRA, Isabela. A trajetória histórica da EJA no Brasil e suas perspectivas na atualidade. Disponível em <<https://www.ifnmg.edu.br/arquivos/2016/proppi/sic/resumos/e4e0c388-a724-45cb-8189-46e3a70afa64.pdf>>. Acesso 05 ago 2019.

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. *Ciência & Educação*, Bauru, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.

PENNA, Marieta; GOMES, Ana. O currículo em ação: apontamentos sobre a prática docente em um estabelecimento penitenciário – Paco Editorial: 2013

THIOLLENT, M. (2009). *Metodologia de Pesquisa-ação*. São Paulo: Saraiva

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS

Investigações relativas ao processo de ensino-aprendizagem de Matemática

Sexo: () Masculino () Feminino Idade: _____

Raça: _____

01- Você frequentou a escola fora do presídio? Se sim, com que idade começou?

02- Se frequentou a escola, você tinha dificuldades para aprender matemática? Quais?

03- Você abandonou a escola? Se sim, com qual idade? E por qual motivo abandonou os estudos?

04- O que te levou a frequentar a escola aqui?

05- Se você estivesse em liberdade você iria retornar à escola?

06 - O que está aprendendo aqui ajudará quando estiver em liberdade? Por que?

07- Se não tivesse redução de pena você estudaria?

08- Quando voltou a estudar, quais dificuldades você teve na matemática?

09- Você acha importante estudar Matemática? Por que?

10- O que aprendeu ou está aprendendo em matemática têm alguma utilidade para sua vida dentro e fora da prisão? Por que?

11- Você acha que deveria aprender outras coisas na Matemática? Por que?

12- O que gostaria que fosse mudado nessa escola para te ajudar quando estiver em liberdade?

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES²

Investigações relativas ao processo de ensino-aprendizagem de Matemática

Com esta pesquisa visamos coletar dados sobre as condições sob as quais se desenvolve o processo de ensino-aprendizagem de matemática para alunos que se encontram privados de sua liberdade. Para tanto, tendo em vista sua atuação no sistema prisional, solicitamos que responda este questionário, emitindo sua opinião sobre: fatores que influenciam na aprendizagem de matemática do aluno preso; o papel da educação escolar para os referidos alunos; e quais estratégias podem ser utilizadas na sala de aula.

1. Sexo *
2. Idade
3. Escolaridade *
4. Qual sua área de formação? *
5. Há quanto tempo atua como professor(a)? *
6. Há quanto tempo trabalha no ensino de Matemática na Educação de Jovens e Adultos (EJA)?*
7. Quanto tempo trabalhou/trabalha no ensino de matemática na EJA com pessoas em privação de liberdade? *
8. Qual o período de atuação no ensino de matemática na EJA com pessoas em privação de liberdade? *
9. Em que estado atuou/atua no ensino de matemática na EJA com pessoas em privação de liberdade? *
10. Você pretende continuar trabalhando com pessoas em privação de liberdade enquanto tiver oportunidade? Justifique. *
11. Qual percurso profissional o(a) levou a lecionar para pessoas em privação de liberdade? *
12. Quais palavras chaves caracterizam essa experiência profissional e de vida? *
Marque todas que se aplicam.
Desafio Disciplina Motivação Realização Respeito Segurança Tranquilidade
Desmotivação Insegurança Obrigação Stress Tensão Medo
13. De acordo com a sua experiência profissional, quais as principais diferenças na EJA ao trabalhar com pessoas em liberdade e aquelas em privação de liberdade? *
14. Quais as vantagens encontradas no processo de ensino-aprendizagem de matemática ao trabalhar com pessoas em privação de liberdade? *
15. Quais as dificuldades encontradas no processo de ensino-aprendizagem de matemática ao trabalhar com pessoas em privação de liberdade? *
16. Você percebe/percebeu discrepâncias entre os conhecimentos demonstrados oralmente e na forma escrita pelas pessoas em privação de liberdade? Em caso afirmativo, explique. *

² Aplicado via formulários Google

* Obrigatório

17. Você utilizou/utiliza alguma metodologia além da aula expositiva no processo de ensino-aprendizagem de matemática para pessoas em privação de liberdade? Em caso afirmativo, quais os principais recursos? *
18. Em relação aos conteúdos da disciplina de matemática, o que é importante abordar e quais métodos utilizar com alunos em privação de liberdade, a fim de propiciar condições para ressocialização e reinserção social desses alunos? (Responder separando por ano/série em que trabalha/trabalhou) *
19. Em sua opinião, considerando as normas de segurança, o que poderia ser alterado/aperfeiçoado no processo de ensino-aprendizagem para pessoas em privação de liberdade, a fim de propiciar condições para ressocialização e reinserção social dos alunos? *
20. Quais orientações daria a um futuro professor de matemática que venham exercer a profissão em um ambiente com pessoas de privação de liberdade? *
21. Outros comentários que julgar pertinentes



Anais Seminário do Professor Pesquisador de Matemática



31 DE OUTUBRO DE 2019

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – REGIONAL
CATALÃO**

**Unidade Acadêmica Especial de Matemática e
Tecnologia**

**Programa de Mestrado Profissional em
Matemática em Rede Nacional**

EXPEDIENTE

Universidade Federal de Goiás
Edward Madureira Brasil - Reitor
Sandramara Matias Chaves - Vice-Reitora

Regional Catalão
Roselma Lucchese - Diretora
Cláudio Lopes Maia - Vice-Diretor
Fernanda Ferreira Belo - Coordenadora de Graduação
José Júlio de Cerqueira Pituba - Coordenador de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
Neila Coelho de Sousa - Coordenadora de Extensão e Cultura
Heber Martins de Paula - Coordenador de Administração e Finanças
Emerson Gervásio de Almeida - Coordenador de Assuntos da Comunidade Universitária
Moisés Fernandes Lemos - Coordenador de Gestão com Pessoas e Desenvolvimento Institucional

Unidade Acadêmica Especial de Matemática e Tecnologia
Celso Vieira Abud - Chefe
Élida Alves da Silva - Subchefe
Jairo Menezes e Souza - Coordenador do Curso de Matemática Licenciatura
José dos Reis Vieira de Moura Júnior - Coordenador do Curso de Matemática Industrial
Fernando Kennedy da Silva - Coordenador do Curso de Matemática Licenciatura - EaD
Romes Antonio Borges - Coordenador do Mestrado em Modelagem e Otimização
Fernando da Costa Barbosa - Subcoordenador do Mestrado Profissional em Matemática - PROFMAT
Marcos Napoleão Rabelo - Coordenador de Pesquisa
Daniel da Silveira Guimarães - Presidente da Comissão de Atividades de Extensão

Coordenador Geral do Evento

Fernando da Costa Barbosa

Comitê Científico do Evento

Élida Alves da Silva
Fernando da Costa Barbosa
Márcio Roberto Rocha Ribeiro
Marta Borges
Paulo Roberto Bergamaschi
Porfírio Azevedo dos Santos Júnior
Thiago Porto de Almeida Freitas

Comitê Organizador

Élida Alves da Silva	Márcio Roberto Rocha Ribeiro	Porfírio Azevedo dos Santos Júnior
Fernando da Costa Barbosa	Marta Borges	Thiago Porto de Almeida Freitas
Élida Alves da Silva	Paulo Roberto Bergamaschi	

Direção de Arte:

Fernando da Costa Barbosa

Editoração:

Fernando da Costa Barbosa

Idioma: Português

Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão
Avenida Dr. Lamartine Pinto de Avelar, 1120, Setor Universitário
CEP 75704-020 - Catalão (GO)
Fone: (64) 3441-5300

Os artigos foram transcritos de acordo com os originais enviados à comissão organizadora do evento, sendo, portanto, de inteira responsabilidade de seus autores e autoras os conceitos, a formatação, as imagens e todos os demais conteúdos neles veiculados.

A reprodução parcial ou total desta obra é permitida, desde que a fonte seja citada.

Sumário

2 CIRCUNSCRIÇÃO E INSCRIÇÃO DE SÓLIDOS GEOMÉTRICOS: POSSIBILIDADES DE EXPLORAÇÃO NO ENSINO MÉDIO

Nilivan Reges, Thiago Porto de Almeida Freitas

14 UM ESTUDO ACERCA DAS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS PROFESSORES DE MATEMÁTICA NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E RENDIMENTO NO ENSINO MÉDIO

Adriano Gonçalves Caixeta, Marta Borges

27 GEOGEBRA: Uma proposta para o Ensino de Funções Trigonométricas

Maxiel de Mesquita Machado, Marta Borges

39 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENSINO DE ANÁLISE REAL NO PAÍS

Állison Pinto Batista, Paulo Roberto Bergamaschi

49 O ENSINO DA GEOMETRIA COMO VERDADE “ABSOLUTA”

David Lima Nascimento, Márcio Roberto Rocha Ribeiro

61 TECNOLOGIA, JOGOS E MATEMÁTICA: ALIANÇAS E REFLEXÕES PARA O ENSINO DE PROBABILIDADE

Tarcisio Junqueira Moura, Thiago Porto de Almeida Freitas

74 PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE MATEMÁTICA NAS ESCOLAS PRISIONAIS: PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES

Naiane Ferreira Souza, Élide Alves da Silva

85 RAZÃO ÀUREA: NA MOTIVAÇÃO DO ESTUDO DE MATEMÁTICA

Renato Rodrigues Silva, Porfírio Azevedo dos Santos Júnior

PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE MATEMÁTICA NAS ESCOLAS PRISIONAIS: PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES

Naiane Ferreira Souza
Élida Alves da Silva

Resumo: Este trabalho é parte de uma pesquisa em desenvolvimento cujo objetivo geral é analisar as condições sob as quais se desenvolve o processo de ensino e aprendizagem de matemática para alunos que se encontram privados de sua liberdade. Neste trabalho, buscaremos refletir, discutir e identificar, com base nas legislações vigentes que garantem os direitos culturais e sociais dos detentos, a legitimidade, acesso assistência educacional, o papel da educação escolar no processo de ressocialização do detento e os fatores que influenciam na aprendizagem da matemática do aluno preso. A proposta metodológica escolhida pode ser caracterizada como pesquisa qualitativa, cujo procedimento de investigação feito por meio da análise de materiais bibliográficos, documentais, índices educacionais nacionais e questionários aplicados a professores de matemática que atuam ou atuaram em escolas prisionais, bem como detentos voluntários. Os resultados parciais deste estudo apontam os desafios encontrados acerca da educação prisional e apresentam a relevância que as escolas inseridas dentro das unidades prisionais possuem diante da perspectiva da ressocialização do detento.

Palavras-chave: matemática, escola prisional, educação, ressocialização.

Introdução

A necessidade de se ter um olhar crítico sobre a realidade do ensino de matemática nas escolas prisionais na modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos), observadas suas peculiaridades e limitações, e da elaboração de ações que possam contribuir com a prática dos professores de matemática que compõem o quadro de docentes das escolas prisionais é uma preocupação desta professora/pesquisadora, advinda da prática docente. Como estudante do curso de Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional surgiu a possibilidade de aprofundar os estudos sobre essa problemática, visando a contribuir de maneira significativa com as pesquisas relacionadas ao EJA e à educação nos sistemas prisionais, o que tem se tornado essencial na busca por um compromisso ético e social em meu exercício profissional como professora de matemática do sistema prisional.

Este trabalho é parte de uma pesquisa em desenvolvimento, seguimos os seguintes passos: primeiramente, foi feito um levantamento a respeito de alguns aspectos históricos sobre a educação prisional. Em seguida, analisadas as leis existentes no Brasil que garantem o direito das pessoas privadas de sua liberdade de estudarem em escolas de ensino regular. Posteriormente, pesquisamos sobre a educação de jovens e adultos e sobre suas peculiaridades quanto ao processo de ensino-aprendizagem.

Por ser apenas parte de uma pesquisa, ressaltamos que, posteriormente, será feita a aplicação do questionário e, por fim, pretendemos apresentar as concepções dos professores e alunos participantes da pesquisa, juntamente com a nossa análise dessas concepções.

Desenvolvimento

A fim de caracterizar o público alvo da escola do sistema prisional no Brasil, utilizaremos os dados divulgados, em 2017, pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), órgão executivo que acompanha e controla a aplicação da Lei de Execução Penal e das diretrizes da Política Penitenciária Nacional. Segundo esses dados, 54,06% dos presos possuíam idade entre 18 e 29 anos, 37,78% entre 30 e 45 anos, aqueles que estavam na faixa etária de 46 e 70 anos correspondiam a 7,96% e 0,2% tinham acima de 70 anos. Em relação à raça, 63,6% da população carcerária era composta negros e pardos e 35,4%, por brancos. Com relação ao grau de instrução, Erdelyi, (2017, p.38) afirma que:

[...]seis em cada dez presos eram analfabetos ou alfabetizados com ensino fundamental incompleto na ocasião em que foi produzido o levantamento. Se incluídos os que concluíram o ensino fundamental, mas não chegaram a fazer o ensino médio, o percentual passa para 75% [...]

Os dados apresentados apontam que a maior parte dos presos no país possui um nível de escolaridade deficitário (Ensino Fundamental incompleto). Além disso, Maeyer (2006, p.20) ressalta que “Normalmente, os pais, amigos e familiares dessas pessoas também são “categorias” que se encontram excluídas da educação formal. E muito provavelmente seus filhos deixaram de fazer parte do sistema escolar formal”. Contudo, a assistência educacional está prevista na Lei de execução penal (LEP) estabelece, em seu artigo 11. Segundo Craidy (2017, p.2)

é uma das prestações básicas mais importantes previstas na constituição, não somente para o homem livre, mas também para aquele indivíduo que se encontra privado de sua liberdade, constituindo-se, neste aspecto, como instrumento para a reintegração do indivíduo ao meio social, fornecendo através dos estudos uma oportunidade de se preparar para o convívio em sociedade.

Dada a relevância da assistência educacional àqueles que se encontram privados de liberdade, faz-se necessário o desenvolvimento de iniciativas direcionadas a escolarização e a ressocialização dos detentos, visando o retorno destes indivíduos à convivência social. Com relação a elaboração de ações que visam garantir a assistência educacional, Fonseca (2012, p.9) ressalta que:

Não é pequeno o número e a diversidade de iniciativas voltadas para a elevação das taxas de escolarização que vêm sendo empreendidas nos últimos anos, ora ditadas pela consciência ou preocupação social das instituições civis ou governamentais ora forjadas por pressões da mídia e de agências nacionais ou internacionais.

A Constituição Federal, no seu Artigo 208, inciso I, garante “educação básica obrigatória e gratuita dos quatro aos dezessete anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria”. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009). Neste contexto, visando garantir o acesso à educação básica, é que se estabelece a EJA com o objetivo de criar oportunidades para os excluídos, por estarem fora da faixa etária adequada a educação regular.

Neste sentido, o artigo 37 da lei nº 9.394 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional também ressalta: “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria” (BRASIL, 2009, p. 42). Contudo, vale ressaltar que esse segmento da educação não se refere a reflexões e ações educativas destinadas a qualquer jovem ou adulto, mas restringe a um determinado grupo de pessoas. Neste contexto, Fonseca (2012, p.15) ressalta:

Ainda que a designação “Educação de Jovens e Adultos” nos remeta a uma caracterização da modalidade pela *idade* dos alunos a que atende, o grande traço definidor da EJA é a caracterização sociocultural de seu público, no seio da qual se deve atender esse corte etário que se apresenta na expressão que a nomeia.

Assim, quando falamos em Educação de Jovens e Adultos não estamos nos referindo somente a uma caracterização etária, mas sim de uma caracterização social e cultural, ou seja, uma ação educativa dirigida a um sujeito de escolarização básica incompleta ou jamais iniciada, cujo interrupção ou impedimento de sua trajetória escolar não ocorre apenas como um episódio isolado de não acesso a um serviço, mas num contexto mais amplo de exclusão social e cultural.

Neste contexto, Miranda, Souza e Pereira apontam “A educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil é marcada pela descontinuidade e por ténues políticas públicas, insuficientes para dar conta da demanda potencial e do cumprimento do direito, nos termos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988. ”

A educação deve ser direcionada para o pleno desenvolvimento da personalidade do ser humano e o fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais. No que diz respeito a legislação o artigo 205 da Constituição Federal de 2002, nos diz que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho.

Fundamentados nas legislações que regulamentam a educação como um direito de todos, em 1984 foi promulgada a Lei nº 7210 - Lei de Execução Penal, que consiste em um marco legal importante na área educação, estabelecendo a oferta de ensino como uma das assistências obrigatórias inclusive aos reclusos nas unidades prisionais no Brasil. Esta Lei estabelece:

Art. 17. A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado.

Art. 18. O ensino de 1º grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da Unidade Federativa.

Art. 18-A. O ensino médio, regular ou supletivo, com formação geral ou educação profissional de nível médio, será implantado nos presídios, em obediência ao preceito constitucional de sua universalização. (Incluído pela Lei nº 13.163, de 2015)

§ 1º O ensino ministrado aos presos e presas integrar-se-á ao sistema estadual e municipal de ensino e será mantido, administrativa e financeiramente, com o apoio da União, não só com os recursos destinados à educação, mas pelo sistema estadual de justiça ou administração penitenciária. (Incluído pela Lei nº 13.163, de 2015)

§ 2º Os sistemas de ensino oferecerão aos presos e às presas cursos supletivos de educação de jovens e adultos. (Incluído pela Lei nº 13.163, de 2015)

§ 3º A União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal incluirão em seus programas de educação à distância e de utilização de novas tecnologias de ensino, o atendimento aos presos e às presas. (Incluído pela Lei nº 13.163, de 2015)

Art. 19. O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico.

Parágrafo único. A mulher condenada terá ensino profissional adequado à sua condição.

Art. 20. As atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados.

Art. 21. Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos. (BRASIL, 1984).

Segundo Penna (2013, p.125) “a educação deve ser entendida como um direito inalienável do ser humano e previsto em lei e, a partir deste princípio, afirma que a oferta de

vagas nas prisões para os sujeitos que não puderam concluir os estudos na idade própria deve ser garantida”. Neste sentido, Maeyer (2006, p. 21) ressalta que “considerar a educação na prisão como privilégio está fora de questão. A prisão é a perda do direito de mobilidade, não dos direitos de dignidade, respeito e educação”.

Embora a assistência educacional esteja prevista na lei, segundo dados divulgados pelo DEPEN, do total de 726.354 presos apontados no boletim do primeiro semestre de 2017, apenas cerca de 10,5% participam de atividades educativas dentro das unidades prisionais, ou seja, 76.813 apenados. Neste contexto, Julião (2013, p.24) pondera que:

O tema educação é interpretado na Lei de Execução Penal distintamente pelos diversos estados. Enquanto alguns vêm investindo na implementação de ações e políticas de incentivo à educação como prática na execução penal, outros pouco ou quase nada fazem nesta direção.

Neste contexto, reafirma-se a importância de pesquisas serem realizadas acerca da educação nos sistemas prisionais, visto que ela visa a proporcionar aos detentos condições para o seu retorno ao mundo do trabalho e, conseqüentemente, ao convívio social. Novelli (2012) corrobora com esta afirmação, segundo ele a educação prisional tem como objetivo a promoção da reintegração social da pessoa em privação de liberdade por meio da educação e preparar o indivíduo para reinserção na sociedade com conhecimentos, atitudes e valores que subsidiem seu desenvolvimento.

Contudo, Julião (2013, p.24) aponta que “a questão da educação como programa de ressocialização na política pública de execução penal é um assunto ainda nebuloso. Reduzidas são as discussões que vêm sendo implementadas nesta direção.” Com o intuito de viabilizar a educação nas unidades prisionais, o Decreto nº 7.626, de 24 de novembro de 2011, instituiu o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional, cujos objetivos são:

- I - executar ações conjuntas e troca de informações entre órgãos federais, estaduais e do Distrito Federal com atribuições nas áreas de educação e de execução penal;
- II - incentivar a elaboração de planos estaduais de educação para o sistema prisional, abrangendo metas e estratégias de formação educacional da população carcerária e dos profissionais envolvidos em sua implementação;
- III- contribuir para a universalização da alfabetização e para a ampliação da oferta da educação no sistema prisional;
- IV - fortalecer a integração da educação profissional e tecnológica com a educação de jovens e adultos no sistema prisional;
- V - promover a formação e capacitação dos profissionais envolvidos na implementação do ensino nos estabelecimentos penais; e
- VI - viabilizar as condições para a continuidade dos estudos dos egressos do sistema prisional.

Parágrafo único. Para o alcance dos objetivos previstos neste artigo serão adotadas as providências necessárias para assegurar os espaços físicos adequados às atividades educacionais, culturais e de formação profissional, e sua integração às demais atividades dos estabelecimentos penais. (BRASIL, 2011, art 4º)

O direito à educação aos detentos implica no desenvolvimento de ações adaptativas do currículo, de pessoal, pedagógico, comunicacional, estrutural e atitudinal, para que ele possa ser executado de maneira efetiva em sala de aula. Neste sentido, os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997, p.29) indicam que se realize adaptações do currículo regular, quando necessário, assim é possível torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos. Entretanto, Julia Lemburguer (1999, p.87) ressalta que:

a escola, que teoricamente seria um veículo de mobilidade social, não surte os efeitos esperados. Currículos tradicionais, aliados a um quadro de professores que aparentemente não estão treinados para o desempenho de suas tarefas, jamais provocarão atitudes positivas por parte dos internos.

Neste contexto, é fundamental que o professor conheça diversas possibilidades de trabalho em sala de aula para a criação de um ambiente rico em oportunidades educacionais a fim de se obter resultados favoráveis dentro das escolas prisionais. Contudo, Julião (2013, p.29) nos atenta sobre as consequências da inexistência de uma formação profissional aos que atuam nas escolas para jovens e adultos em privação de liberdade, segundo ele:

A ausência de uma política de formação profissional para os educadores que atuam nos espaços de privação de liberdade não tem gerado a renovação de práticas pedagógicas. Muitos ainda continuam seguindo propostas desatualizadas, descontextualizadas do universo do jovem e adultos, principalmente do privado de liberdade.

A Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos (2002, v.3, p.16) ressalta que “as escolhas pedagógicas, os objetivos e conteúdos selecionados e as formas de avaliação estão intimamente ligados às concepções do professor sobre a matemática”. Neste sentido, Fonseca (2012, p.35) nos diz que:

Na Educação Matemática que se realiza no âmbito dos projetos de alfabetização de adultos, o risco de uma inadequação identificada com a infantilização das estratégias de ensino e, entre elas, das atividades propostas aos alunos, advém de uma transposição pouco cuidadosa de procedimentos concebidos no trabalho com crianças inferior a sete anos para o ensino de Matemática no contexto da EJA.

Ainda na perspectiva da Educação Matemática Fonseca (2012, p.53) ressalta a necessidade de “contextualizar o conhecimento matemático a ser transmitido ou construído”,

e que esta contextualização não deve acontecer somente através da inclusão de situações-problema, ou de materiais concretos, e sim em uma “perspectiva *sociocultural* da abordagem matemática”, buscando explicitar sua finalidade ou seu “papel na interpretação e na transformação da realidade com a qual o aluno se depara e / ou de suas formas de vê-la e participar dela”. Neste contexto A Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos (2002, v.3, p.16) sugere que:

A contextualização dos temas matemáticos é outro aspecto que vem sendo amplamente discutido. Trata-se de apresentá-los em uma ou mais situações em que façam sentido para os alunos, por meio de conexões com questões do cotidiano dos alunos, com problemas ligados a outras áreas do conhecimento, ou ainda por conexões entre os próprios temas matemáticos (algébricos, geométricos, métricos etc.). Recomenda-se apenas o cuidado de que os conhecimentos construídos não fiquem indissolavelmente vinculados a um contexto concreto e único, mas que possam ser generalizados e transferidos a outros contextos

Falar sobre contextualização de conteúdos matemáticos e sobre práticas educativas relacionadas à EJA nos colocam diante de um conjunto de desafios, dentre os quais, Fonseca (2012, p.52) cita a importância da formação de professores e Educadores Matemáticos de Jovens e Adultos, para o desenvolvimento de experiências significativas. Em contrapartida, em relação aos desafios presentes nas práticas educativas no contexto das prisões, Aguiar (2009) pondera:

o próprio conceito de prisão, que representa um obstáculo à aprendizagem, uma vez que ao ingressar em uma unidade prisional o indivíduo passa a ter a sua vida administrada, deixando de responder de maneira autônoma pelas decisões mais simples e elementares de seu dia a dia, como a hora de tomar banho, de acordar, de dormir, de fazer exercícios, de estudar, etc. Em certo sentido, essa perda de autonomia pode conduzir o indivíduo a certa impassibilidade diante da vida, de modo que a educação nas prisões deve significar, antes de tudo, uma reconciliação individual com o ato de aprender.

Nesta perspectiva, verifica-se a relevância desta pesquisa acerca das possibilidades e desafios encontrados por professores e alunos dos sistemas prisionais, para o processo de ensino e aprendizagem de matemática, uma vez que, dentro das escolas prisionais há peculiaridades que inviabilizam o processo de ensino-aprendizagem, em contrapartida, certifica-se diante da perspectiva da ressocialização do detento, que a escola possui um papel fundamental.

Metodologia

Pesquisas que são desenvolvidas no campo educacional carecem de métodos que se adequem à natureza do problema pesquisado. Considerando a especificidade da problemática

apresentada, esta pesquisa, quanto à abordagem, se insere no campo da pesquisa qualitativa que tem como características principais a observação, descrição e a compreensão dos fenômenos investigados sem a existência de hipóteses pré-concebidas, visando uma análise das informações obtidas. Neste sentido, Moraes (2003) esclarece que:

[...] a pesquisa qualitativa pretende aprofundar a compreensão dos fenômenos que investiga a partir de uma análise rigorosa e criteriosa desse tipo de informação, isto é, não pretende testar hipóteses para comprová-las ou refutá-las ao final da pesquisa; a intenção é a compreensão (MORAES, 2003, p.191).

Quanto aos procedimentos, classifica-se como estudo bibliográfico, pois a partir da análise de materiais bibliográficos, documentais e índices educacionais nacionais foram coletadas informações sobre as legislações, as experiências, os limites, as perspectivas e as contradições enfrentadas na Educação de Jovens e Adultos em unidades prisionais.

Resultados e reflexões

A partir da pesquisa documental é possível fazer uma análise preliminar do panorama atual da educação escolar nas unidades prisional, que por um lado, tem demonstrado fragilidades e necessidades de ações, e por outro, apresentam possibilidades de implementação de uma política pública articulada pedagogicamente à execução penal. Neste sentido, constatamos que a população carcerária, vem sofrendo resistências quando se fala da necessidade de universalização do direito a educação, embora esteja previsto em lei, os dados divulgados pelo DEPEN nos mostram que poucos detentos possuem acesso a esse serviço.

Verifica-se também as dificuldades encontradas pelas escolas situadas no interior das unidades prisionais em estruturar um programa educacional que possa prover aos detentos a formação de que necessitam, ou seja, uma educação voltada para o processo de ressocialização. A inexistência de formação específica aos profissionais que trabalham neste segmento contribui para o agravamento desta problemática.

Através da análise dos questionários respondidos pelos alunos, constatou-se que o ensino da matemática dentro das escolas prisionais deve priorizar uma concepção e uma prática educacional capaz de privilegiar, acima de tudo, a formação de cidadãos e cidadãs conscientes da sua realidade social e de seus direitos. Falar em contextualização dos conteúdos matemáticos, e práticas educativas dentro das unidades prisionais nos colocam diante de um conjunto de desafios, e torna-se fundamental que os profissionais de matemática, que atuam nesta área assumam a educação como uma política de inclusão social.

Considerações finais

A princípio, vimos que é necessário entender o acesso à educação como um direito previsto nas legislações vigente aos detentos, contudo, a população carcerária é constituída por analfabetos. Além disso, é composta também, em sua maioria, por pardos e negros. Nesse sentido, a prisão é vista apenas como a perda do direito de mobilidade, não dos direitos de dignidade, respeito e educação.

A educação de jovens e adultos nas escolas prisionais é uma modalidade de ensino que precisa ser estudada, conforme suas peculiaridades e especificidades uma vez que atende pessoas que buscam através dos estudos, que não foram feitos no tempo normal por diversos motivos, uma oportunidade de reinserção na sociedade. Para que o detento aprenda os conteúdos, é preciso romper barreiras do ensino tradicional, favorecendo de alguma forma a contextualização dos conteúdos, possibilitando aos encarcerados a construção de sua aprendizagem.

Neste sentido, visto que o ensino de matemática contribui significativamente para a formação do aluno enquanto cidadão consciente de seu papel numa sociedade marcada pelas desigualdades sociais, é que se verifica a relevância desta pesquisa, uma vez que, diante da perspectiva da ressocialização do detento, a escola possui um papel fundamental.

Neste sentido, mediante a contextualização e delimitação do tema, temos então, a questão norteadora da pesquisa que vem sendo elaborada - Quais os desafios enfrentados e as expectativas formadas por professores e alunos no processo de ensino e aprendizagem de matemática nas escolas prisionais, na perspectiva da reintegração social?

Referências bibliográficas

AGUIAR, Alexandre. Educação de Jovens e Adultos privados de Liberdade: perspectivas e desafios. Disponível em [http: <http://www.fumec.br/revistas/paideia/article/viewFile/953/72>](http://www.fumec.br/revistas/paideia/article/viewFile/953/72)
Acesso em: 10 out. 2018

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2002

BRASIL. Decreto nº 7.626, de 24 de novembro de 2011a. Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional. 2011a. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7626>. Acesso em: 03 out. 2014.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394>. Acesso em: 03 out. 2018.

BRASIL. Lei de Execução Penal, Lei n. 7.210 de 11 jul. 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm>. Acesso em: 07 out. 2018

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental - Proposta Curricular para a educação de jovens e adultos: segundo segmento do ensino fundamental: 5º a 8º série, introdução / Secretaria de Educação Fundamental, 2002. 240 p.: il.: v. 3 Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/propostacurricular/primeirosegmento/propostacurricular.pdf>>. Acesso em 01 out. 2018.

CRAIDY, Carmem. A educação no sistema penitenciário-sua importância na ressocialização. Disponível em: <<https://monografias.brasilecola.uol.com.br/direito/a-educacao-no-sistema-penitenciario-suaimportancia-na-ressocializacao.htm>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

Erdelyi, Maria. Brasil dobra número de presos em 11 anos, diz levantamento; de 726 mil detentos, 40% não foram julgados. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/brasil-dobra-numero-de-presos-em-11-anos-diz-levantamento-de-720-mil-detentos-40-nao-foram-julgados.ghtml>>. Acesso em: 05out. 2018.

FIORENTINI, Dario; LORENZATO, Sergio. Investigação em educação matemática: percursos teóricos e metodológicos / Dario Fiorentini, Sergio Lorenzato. – 3. ed. rev. – Campinas, SP: Autores Associados, 2012. – (Coleção formação de professores)

FONSECA, Maria. Educação Matemática de Jovens e Adultos: especificidades desafios e contribuições – 3 ed – Autentica Editora, 2012.

JULIÃO, Elinaldo. Educação Para Jovens e Adultos em situação de restrição e privação de liberdade: Questões, avanços e perspectivas, 2013

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Maria de Andrade. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas 183.

LEMBUGUER, Julita. Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres. Rio de Janeiro: Forense: 1999.

NOVELLI, Juliana; LOUZADA, Shênia Soraya Soares. O trabalho do professor dentro das penitenciárias. Revista Trajetória Multicursos – FACOS, Ano 3, v. 5, n. 6, jul. 2012.

MAEYER, Marc de. Na prisão existe a perspectiva da educação ao longo da vida? Revista de Educação de Jovens e Adultos: alfabetização e cidadania. Brasília, n. 19, 2006.

MIRANDA, Leila; SOUZA, Leonardo; Pereira, Isabela. A trajetória histórica da EJA no Brasil e suas perspectivas na atualidade. Disponível em <<https://www.ifnmg.edu.br/arquivos/2016/proppi/sic/resumos/e4e0c388-a724-45cb-8189-46e3a70afa64.pdf>>. Acesso 05 ago 2019.

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. *Ciência & Educação*, Bauru, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.

ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DA EMENDA

Título da Pesquisa: INVESTIGAÇÕES RELATIVAS AO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE MATEMÁTICA

Pesquisador: ELIDA ALVES DA SILVA

Área Temática:

Versão: 8

CAAE: 91278218.7.0000.8409

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.709.330

Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma proposta de modificação/emenda ao projeto original intitulado "INVESTIGAÇÕES RELATIVAS AO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE MATEMÁTICA" cuja proposta centra-se na realização de uma investigação na área da matemática, disciplina considerada importante para o desenvolvimento do raciocínio lógico, da inteligência, do pensamento crítico, da criatividade, da capacidade de resolução de problemas em contextos/situações diferenciados/as e da "destreza em se adequar às exigências tecnológicas do mundo contemporâneo" (Texto do Projeto de Pesquisa, p. 6), sendo considerada "uma ferramenta indispensável para diversas áreas do conhecimento" (Texto do Projeto de Pesquisa, p.4).

A pesquisa é coordenada pela pesquisadora responsável Prof^a Dr^a Élide Alves da Silva e conta com uma equipe constituída por quatro (04) professores (Fernando da Costa Barbosa, Marta Borges, Porfírio Azevedo dos Santos Júnior e Thiago Porto de Almeida Freitas) e três (04) acadêmicas (Cjanna Vieira Lopes, Elem Laindy de Melo Capelli, Juliana Bernardes Borges da Cunha, Maria do Carmo da Silva Santos e Naiane Ferreira Souza).

A pesquisa com início em junho de 2018 e previsão de término em 2028 apresenta uma problemática que centra-se na ideia de que o método tradicional de ensino da matemática, pautado na aula expositiva "não permite a participação de todos os alunos na construção do

Endereço: Av Dr Lamartine Pinto de Avelas, nº 1120, Setor Universitário
Bairro: LOTEAMENTO VILA CHAUD **CEP:** 75.704-020
UF: GO **Município:** CATALAO
Telefone: (64)3441-7609 **E-mail:** cep.rc.ufg@gmail.com

Continuação do Parecer: 3.709.330

conhecimento” (Texto do Projeto de Pesquisa, p. 5) e que a deficiência no processo de assimilação dos conteúdos desta disciplina impacta no rendimento pessoal e profissional do cidadão. Outro aspecto problematizado refere-se à necessidade de reflexões sobre as práticas avaliativas no âmbito da matemática considerando-se ser necessário não só “repensar o processo de ensino-aprendizagem e inserir metodologias diferenciadas na prática pedagógica” (Texto do Projeto de Pesquisa, p. 6), mas, também “adotar avaliações integradas com as referidas práticas” (Texto do Projeto de Pesquisa, p. 6).

Salienta, contudo, que há ferramentas/abordagens metodológicas diferenciadas como, por exemplo, Modelagem Matemática, Tecnologias da Informação e Comunicação, Formulação e Resolução de Problemas, Jogos Matemáticos, Metodologias Ativas, dentre outras, que podem ser utilizadas, pelos educadores, como auxiliares no processo de ensino-aprendizagem da Matemática com a finalidade de possibilitar a transformação dos conhecimentos matemáticos produzidos ao longo da história da humanidade em um “saber matemático escolar relevante para a formação intelectual do aluno” (Texto do Projeto de Pesquisa, p. 2).

Decorre destes fatos a necessidade de inserção, no processo de ensino da matemática, de metodologias diferenciadas que contribuam para tornar dinâmicos os conteúdos, desenvolver habilidades e competências matemáticas e que estimulem os alunos a exporem suas ideias.

Frente a tais elementos são propostas as seguintes questões norteadoras: “1. De que modo devem ser planejadas e implementadas metodologias de ensino a fim de desenvolver a compreensão dos alunos quanto aos conteúdos de matemática? 2. Que contribuições ao processo de ensino, aprendizagem e avaliação podem ser identificadas na formulação e utilização de metodologias e avaliações diferenciadas em matemática? 3. Que competências e habilidades podem ser adquiridas pelos participantes ao executarem atividades de ensino em aulas de matemática numa perspectiva formativa?” (Texto do Projeto de Pesquisa, p. 7).

Parte da hipótese de que “o estímulo à leitura e a utilização de diferenciadas metodologias no processo de ensino-aprendizagem de Matemática possibilitam que um maior número de discentes participe ativamente na construção do próprio conhecimento. Neste contexto, são previstas ações que culminam na elaboração de propostas de intervenções, com o objetivo de desenvolver nos alunos habilidades e competências matemáticas, bem como habilidades de leitura e interpretação

Endereço: Av Dr Lamartine Pinto de Avelas, nº 1120, Setor Universitário
Bairro: LOTEAMENTO VILA CHAUD **CEP:** 75.704-020
UF: GO **Município:** CATALAO
Telefone: (64)3441-7609 **E-mail:** cep.rc.ufg@gmail.com

Continuação do Parecer: 3.709.330

de textos, a partir da utilização de Tecnologias da Informação e Comunicação, material concreto, jogos, problemas do cotidiano dos alunos, oficinas de leitura, entre outros” (Texto do Projeto de Pesquisa, p. 6-7).

Em termos metodológicos, a pesquisa é classificada como qualitativa e os participantes da pesquisa implicará em um total de oitocentas (800) pessoas (de instituições de ensino públicas e/ou privadas) sendo: quatrocentos (400) alunos da Educação Básica (fundamental 2 e médio) e 150 alunos do Ensino Superior (maiores ou menores de dezoito (18) anos); cem (100) professores do ensino básico; 75 docentes do Ensino Superior (Documento de Informações Básicas do Projeto, p.4-5). “A estes grupos poderão ser incluídos participantes da população inseridas em intervenções pedagógicas propostas dentro do projeto, tais como comunidades rurais, idosos, outros [...]”, totalizando 75 pessoas da comunidade (Documento de Informações Básicas do Projeto, p.4).

Para a coleta dos dados serão elaboradas, a partir de revisões bibliográficas, intervenções que previamente serão apresentadas aos participantes da pesquisa. A perspectiva da pesquisa é elaborar e experienciar propostas de intervenções fundamentadas no uso de abordagens metodológicas diferenciadas que desenvolvam “nos alunos habilidades e competências matemáticas, além da capacidade de ler e interpretar, estimulando a participação ativa dos discentes na construção do próprio conhecimento” (Texto do Projeto de Pesquisa, p. 2) para posteriormente “avaliar a contribuição das abordagens propostas nos seguintes aspectos: aquisição das competências e conhecimentos tidos como indispensáveis para formação de cidadãos responsáveis, mobilização de esquemas mentais, participação, organização e cooperação dos alunos” (Texto do Projeto de Pesquisa, p. 2).

“Serão adotados alguns procedimentos para coleta de informações, ações realizadas com o intuito de desenvolver uma pesquisa que vai além dos muros da instituição de ensino, a saber: a) observação – notas de campo; b) filmagens; c) fotografias; d) aplicação de questionários; e) entrevistas” (Texto do Projeto de Pesquisa, p. 10).

Especificamente em relação ao questionário e a entrevista, a pesquisadora esclarece que a cada intervenção realizada junto aos participantes da pesquisa será elaborado um questionário e um roteiro de entrevista adequados “à metodologia abordada, à faixa etária e o nível de ensino dos

Endereço: Av Dr Lamartine Pinto de Avelas, nº 1120, Setor Universitário

Bairro: LOTEAMENTO VILA CHAUD

CEP: 75.704-020

UF: GO

Município: CATALAO

Telefone: (64)3441-7609

E-mail: cep.rc.ufg@gmail.com

Continuação do Parecer: 3.709.330

participantes” (Texto do Projeto de Pesquisa, p. 12) sendo a estrutura de ambos os instrumentos de coleta de dados embasados pelo modelo de questionário e roteiro de entrevista anexados ao projeto de pesquisa.

A análise de dados será realizada através “da construção de eixos de análise e categorização, por meio de categorias emergentes do material de campo, construídas a posteriori [...] tendo em vista a sistematização e organização das informações a partir da identificação de elementos ou características comuns, no intuito de obter resultados e respostas à questão investigativa” (Texto do Projeto de Pesquisa, p. 13).

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo primário da pesquisa é “contribuir para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem e na formação inicial e continuada de professores, articulando a utilização de metodologias e avaliações diferenciadas” (Texto do Projeto de Pesquisa, p.7).

Os objetivos secundários foram definidos da seguinte forma: “ Articular conhecimentos matemáticos e pedagógicos entre teoria e prática, contribuindo para a aquisição de competências que estejam em harmonia ao nível cognitivo de cada série; • Reconhecer as dificuldades do ensino de Matemática, mostrando que pode ser compreendida facilmente e de forma descontraída, por meio da utilização de diferentes metodologias;• Contribuir na formação inicial e continuada de professores; • Propiciar a aquisição das competências e conhecimentos tidos como indispensáveis para formação de cidadãos responsáveis e participantes; • Influenciar no bom desempenho dos discentes envolvidos” (Texto do Projeto de Pesquisa, p. 7).

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos da pesquisa foram descritos pela pesquisadora da seguinte forma: “O projeto oferece risco ínfimo à integridade física, moral, intelectual e emocional dos indivíduos que se dispuserem a participar do projeto. Existe o risco do participante se sentir desconfortável ao responder os questionários, participar de entrevistas ou ser filmado/fotografado. Contudo, todas as atividades desenvolvidas no projeto são de livre participação, nada é obrigatório, ou seja, não existem punições quanto à não participação. Além disso, haverá a solicitação concordância dos participantes menores de 18 anos, bem como autorização de seus pais/responsáveis, e autorização dos participantes maiores de 18 anos para registro da participação no projeto e

Endereço: Av Dr Lamartine Pinto de Avelas, nº 1120, Setor Universitário

Bairro: LOTEAMENTO VILA CHAUD

CEP: 75.704-020

UF: GO

Município: CATALAO

Telefone: (64)3441-7609

E-mail: cep.rc.ufg@gmail.com

Continuação do Parecer: 3.709.330

veiculação de dados e imagens. Outro risco da pesquisa é realizar alguma identificação dos participantes, o que será evitado por meio da edição de todas as imagens, vídeos e áudios utilizados. Além disso, os pesquisadores se comprometem a utilizar pseudônimos e outras ações que julgarem necessárias (ou que os próprios participantes da pesquisa julguem) para minimizar o risco de identificação. Ademais, a pesquisa não visa denegrir os participantes, o ambiente ou o trabalho de campo, mas compreender como uma nova abordagem educativa se constitui e como isso favorece para ensino de Matemática, portanto os registros não irão gerar constrangimentos ou traumas. A pesquisa não apresenta riscos contra a integridade física, pois não se trabalha com materiais ou ações físicas que pressuponham uso de EPI (Equipamento de proteção individual). No que tange a questões psicológicas, como constrangimento e traumas, danos emocionais, entendemos que a participação ser opcional, bem como a liberdade de deixar o projeto a qualquer momento que o participante julgue oportuno, e a não obrigação de executar todas as atividades, implicam que o desenvolvimento do projeto não oferece risco dessa natureza” (Texto do Projeto de Pesquisa, p. 14-15 projeto).

Em relação aos benefícios perspectivados a pesquisadora afirma que “Espera-se que intervenções fundamentadas no uso de abordagens metodológicas diferenciadas, bem como de avaliações integradas, contribua para o aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem de Matemática. Serão envolvidos alunos de graduação e pós-graduação no desenvolvimento da pesquisa, logo almeja-se que a pesquisa propicie uma melhor formação inicial e continuada de professores. Pretende-se conhecer vantagens e desvantagens do uso de diversas abordagens metodológicas e processos avaliativos integrados, na perspectiva do desenvolvimento de habilidades e competências matemáticas. Por fim espera-se produzir trabalhos acadêmicos relativos à esta temática” (Texto do Projeto de Pesquisa, p. 14).

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

- Trata-se de uma pesquisa aprovada e em andamento, com período de execução de junho de 2018 a dezembro de 2028, na qual não foram observadas alterações e/ou acréscimos nos objetivos e/ou na metodologia da pesquisa tendo sido solicitada emenda com a justificativa de inclusão de dois novos pesquisadores e, por conseguinte, dois novos campos de pesquisa, quais sejam:

a) Lucas Aparecido de Castro Oliveira que, juntamente com Porfírio Azevedo dos Santos Júnior, realizará a pesquisa na Escola Estadual Enéias Vasconcelos, localizada na cidade de Uberlândia-

Endereço: Av Dr Lamartine Pinto de Avelas, nº 1120, Setor Universitário
Bairro: LOTEAMENTO VILA CHAUD **CEP:** 75.704-020
UF: GO **Município:** CATALAO
Telefone: (64)3441-7609 **E-mail:** cep.rc.ufg@gmail.com

Continuação do Parecer: 3.709.330

MG;

b) Marcelo Pires da Silva realizará a pesquisa no Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás Xavier de Almeida de Morrinhos-GO, juntamente como o pesquisador Fernando da Costa Barbosa.

- Salienta-se que os pesquisadores Fernando da Costa Barbosa e Porfírio Azevedo dos Santos Júnior já compunham a equipe inicial da pesquisa e, portanto, já constava no protocolo os termos de compromisso de ambos.

- Em conformidade com a inclusão de dois novos pesquisadores e seus correspondentes campos de pesquisa, foram acrescentados ao protocolo os documentos de anuência das escolas campo de pesquisa, da Superintendência de Ensino de Uberlândia; da Subsecretaria de Ensino de Morrinhos, bem como os TCLE's e TALE's.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram anexados ao protocolo os seguintes termos de apresentação obrigatória, considerados a seguir:

- 1) Carta de encaminhamento datada de 07 de agosto de 2018;
- 2) Carta de encaminhamento E2;
- 3) Carta de encaminhamento E3;
- 4) Cronograma da pesquisa atendendo ao tempo necessário para o tramite do processo de avaliação pelo CEP explicitando a entrada em campo para realização da pesquisa de campo no período de setembro de 2018 a 2028;
- 5) Folha de rosto assinada pela pesquisadora responsável e pelo chefe da unidade acadêmica à qual está vinculada, datada de 17 de maio de 2018;
- 6) Orçamento, totalizando R\$542,00 (Tonner: R\$ 470,00; Resma de papel A4: R\$ 72,00) compatível com o exposto na brochura do projeto e no documento PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_1344221_E2;
- 7) Brochura do projeto de pesquisa no qual consta, também, os instrumentos de coleta de dados referentes aos demais grupos da pesquisa;
- 8) Questionário com onze questões para pessoas em privação de liberdade;
- 9) Questionário com onze questões para professores que trabalham ou trabalharam com pessoas em privação de liberdade;

Endereço: Av Dr Lamartine Pinto de Avelas, nº 1120, Setor Universitário
Bairro: LOTEAMENTO VILA CHAUD **CEP:** 75.704-020
UF: GO **Município:** CATALAO
Telefone: (64)3441-7609 **E-mail:** cep.rc.ufg@gmail.com

Continuação do Parecer: 3.709.330

- 10) TALE com identificação da pesquisadora responsável: Élide Alves da Silva;
- 11) TCLE com identificação da pesquisadora responsável Élide Alves da Silva;
- 12) TCLE PARA PAIS com a identificação da pesquisadora responsável Élide Alves da Silva;
- 13) TALE INSTITUTO com identificação da pesquisadora Maria do Carmo da Silva Santos;
- 14) TCLE CALDAS NOVAS com a identificação da pesquisadora Cjanna Vieira Lopes;
- 15) TCLE PARA PESSOAS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE com identificação da pesquisadora Naiane Ferreira Souza;
- 16) TCLE PROFESSORES QUE TRABALHARAM OU TRABALHAM COM PESSOAS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE com a identificação da pesquisadora Naiane Ferreira Souza;
- 17) TCLE PROFESSORES QUE TRABALHARAM OU TRABALHAM COM PESSOAS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE CORRIGIDO com a identificação da pesquisadora Naiane Ferreira Souza;
- 18) TCLE PARA PAIS INSTITUTO CORRIGIDO com a identificação da pesquisadora responsável pelo campo de pesquisa, Maria do Carmo da Silva Santos;
- 19) TCLE e TALE para pais e alunos/filhos das instituições de ensino Escola Estadual Joaquim de Araújo e Silva e Colégio Estadual Maria das Dores Campos nas quais os pesquisadores Gilmar Alves Tavares e Élide Alves da Silva desenvolverão o trabalho;
- 20) TCLE e TALE para pais e alunos/filhos do Colégio Estadual Orcalino Fernandes Evangelista no qual os pesquisadores Fabrício Fernandes Dias e Juliana Bernardes Borges da Cunha desenvolverão pesquisa;
- 21) TCLE e TALE para pais e alunos/filhos do Centro de Ensino Fundamental 07 de Sobradinho onde os pesquisadores Daniel da Silveira Guimarães e Cladis Henriques de Vasconcelos desenvolverão o trabalho;
- 22) TCLE e TALE para pais e alunos/filhos do Colégio Estadual de Período Integral da Polícia Militar de Goiás Polivalente Dr. Tharsis Campos, no qual as pesquisadoras Marta Borges e Larissa Camila de Souza desenvolverão o trabalho;
- 23) TERMO DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO PRISIONAL assinado pelo Lourenço Migliorini Fonseca Ribeiro e pelo diretor geral do presídio o senhor Luciano Evangelista Cunha, datado de 08 de abril de 2019, apoiando a realização da pesquisa e autorizando a coleta de dados pelas pesquisadoras Élide Alves da Silva e Naiane Ferreira Souza, no período de abril a agosto de 2019;
- 24) TERMO DE ANUÊNCIA DO COLÉGIO ESTADUAL DONA IAYÁ autorizando a realização da pesquisa com o processo de coleta de dados pelos pesquisadores Élide Alves da Silva, Fernando da Costa Barbosa, Marta Borges, Porfírio Azevedo dos Santos Júnior, Thiago Porto de Almeida Freitas e Elem Laindy de Melo Capelli durante o período de julho a dezembro de 2018, assinado pela diretora da

Endereço: Av Dr Lamartine Pinto de Avelas, nº 1120, Setor Universitário

Bairro: LOTEAMENTO VILA CHAUD

CEP: 75.704-020

UF: GO

Município: CATALAO

Telefone: (64)3441-7609

E-mail: cep.rc.ufg@gmail.com

Continuação do Parecer: 3.709.330

instituição de ensino e datado de 07 de junho de 2018;

25) TERMO DE ANUÊNCIA DO COLÉGIO UNICALDAS DISNEY autorizando a realização da pesquisa com o processo de coleta de dados pelas pesquisadoras Élide Alves da Silva e Cjanna Vieira Lopes durante o período de janeiro a dezembro de 2019, assinado pelo Coordenador Pedagógico da instituição de ensino, Luciano Paiva de Vasconcelos, apresentando CNPJ, datado de 21 de março de 2019;

26) TERMO DE ANUÊNCIA DO COLÉGIO UNICALDAS DISNEY autorizando a realização da pesquisa com o processo de coleta de dados pelas pesquisadoras Élide Alves da Silva e Cjanna Vieira Lopes durante o período de janeiro a dezembro de 2019, assinado pela secretária da instituição, Maria Luíza Guimarães Silva, apresentando CNPJ, datado de 06 de dezembro de 2018;

27) TERMO DE ANUÊNCIA DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO MATILDE MARGON VAZ autorizando a realização da coleta de dados pelas pesquisadoras Élide Alves da Silva, Juliana Bernardes Borges da Cunha e Maria do Carmo da Silva Santos durante o período de janeiro a maio de 2019, assinado pela diretora da instituição de ensino e datado de 03 de dezembro de 2018;

28) TERMO DE ANUÊNCIA DA COORDENAÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DE CATALÃO apoiando o desenvolvimento da pesquisa e coleta de dados no período de julho de 2018 até 2028 pelos pesquisadores Élide Alves da Silva, Fernando da Costa Barbosa, Marta Borges, Porfírio Azevedo dos Santos Júnior, Thiago Porto de Almeida Freitas, assinado pela coordenadora da instituição e datado de 04 de maio de 2018;

29) TERMO DE ANUÊNCIA DO CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 07 DE SOBRADINHO, autorizando a coleta de dados no período de maio de 2019 a maio de 2020, datado de 14 de maio de 2019 e assinado pela diretora Eline Reis Bastos;

30) TERMO DE ANUÊNCIA DO CRE SOBRADINHO assinado pelo assessor Gerson A. Guimarães na data de 16 de julho de 2019;

31) TERMO DE ANUÊNCIA DA SUBSECRETARIA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (EAPE) de Brasília, datado de 15 de julho de 2019 e assinado pelo diretor Simão de Miranda;

32) TERMO DE ANUÊNCIA DO COLÉGIO ORCALINO FERNADES EVANGELISTA autorizando a coleta de dados no período de setembro de 2019 a março de 2020, datado de 06 de junho de 2019 e assinado pelo diretor Reginaldo J. de Oliveira;

33) TERMO DE ANUÊNCIA DA COORDENAÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE GOIATUBA, autorizando a coleta de dados a partir de setembro de 2019 até março de 2020, datado de 30 de julho de 2019 e assinado pelo coordenador regional de educação Moacyr Gomes F. Sobrinho;

Endereço: Av Dr Lamartine Pinto de Avelas, nº 1120, Setor Universitário

Bairro: LOTEAMENTO VILA CHAUD

CEP: 75.704-020

UF: GO

Município: CATALAO

Telefone: (64)3441-7609

E-mail: cep.rc.ufg@gmail.com

Continuação do Parecer: 3.709.330

- 34) TERMO DE ANUÊNCIA DA ESCOLA ESTADUAL JOAQUIM DE ARAÚJO E SILVA, datado de 24 de maio de 2019 e assinado pela diretora Kátia Ferreira Pires, autorizando a coleta de dados no período de julho a dezembro de 2019;
- 35) TERMO DE ANUÊNCIA DO COLÉGIO MARIA DAS DORES CAMPOS, assinado pela diretora Mariléia Marques F. dos Santos na data de 23 de maio de 2019, autorizando a coleta de dados no período de julho a dezembro de 2019;
- 36) TERMO DE ANUÊNCIA DO COLÉGIO ESTADUAL DE PERÍODO INTEGRAL DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS POLIVALENTE DR. THARSIS CAMPOS, datado de 10 de junho de 2019 e assinado pelo comandante/diretor Rener Rodrigo Pires, autorizando a coleta de dados no período de agosto a outubro de 2019;
- 37) TERMO DE COMPROMISSO DOS PESQUISADORES Élide Alves da Silva, Fernando da Costa Barbosa, Marta Borges, Porfírio Azevedo dos Santos Júnior, Thiago Porto de Almeida Freitas, assinado e datado de 02 de maio de 2018;
- 38) TERMO DE COMPROMISSO DA PESQUISADORA Naiane Ferreira Souza, assinado e datado de 08 de abril de 2019;
- 39) TERMO DE COMPROMISSO DA PESQUISADORA Cjanna Vieira Lopes, assinado e datado de 07 de dezembro de 2018.
- 40) TERMO DE COMPROMISSO DAS PESQUISADORAS Juliana Bernardes Borges da Cunha e Maria do Carmo da Silva Santos, assinado e datado de 03 de dezembro de 2018;
- 41) TERMO DE COMPROMISSO DA PESQUISADORA Elem Laindy de Melo Capelli, assinado e datado de 07 de junho de 2018;
- 42) TERMO DE COMPROMISSO DOS PESQUISADORES Daniel da Silveira Guimarães e Cladis Henriques de Vasconcelos, assinado e datado de 12 de julho de 2019;
- 43) TERMO DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR Fabrício Fernandes Dias, assinado e datado de 30 de julho de 2019;
- 44) TERMO DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR Gilmar Alves Tavares, assinado e datado de 31 de maio de 2019;
- 45) TERMO DE COMPROMISSO DAS PESQUISADORAS Larissa Camila de Souza e Marta Borges, assinado e datado de 07 de junho de 2019.

- Além dos documentos descritos anteriormente, a emenda foi instruída com os seguintes novos documentos, devidamente assinados e datados:

Endereço: Av Dr Lamartine Pinto de Avelas, nº 1120, Setor Universitário

Bairro: LOTEAMENTO VILA CHAUD

CEP: 75.704-020

UF: GO

Município: CATALAO

Telefone: (64)3441-7609

E-mail: cep.rc.ufg@gmail.com

Continuação do Parecer: 3.709.330

- 1) Carta de encaminhamento E4, informando e justificando o pedido de nova emenda para inclusão de dois novos pesquisadores;
- 2) Documento de informações básicas do projeto de pesquisa (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_1456915_E4) com a justificativa da emenda;
- 3) TERMO DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR Lucas Aparecido de Castro Oliveira, assinado e datado em 13 de setembro de 2019;
- 4) TERMO DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR Marcelo Pires da Silva, assinado e datado em 18 de outubro de 2019;
- 5) TERMO DE ANUÊNCIA da Superintendência Regional de Ensino de Uberlândia, assinado em 11 de setembro de 2019 por Onília Maria de Oliveira Borges;
- 6) TERMO DE ANUÊNCIA da Escola Estadual Enéias Vasconcelos, assinado em 03 de setembro de 2019 pela diretora da instituição, Taís Fernandes de Almeida;
- 7) TERMO DE ANUÊNCIA da Coordenação Regional de Educação de Morrinhos, assinado 08 de outubro de 2019 por Walkyria Helena Romano C. Castro;
- 8) TERMO DE ANUÊNCIA do Colégio Estadual da Polícia Militar – Xavier de Almeida, assinado em 19 de setembro de 2019 pelo comandante diretor Paulo Roberto de Andrade;
- 9) TCLE's e TALE para pais e alunos/filhos do Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás Xavier de Almeida de Morrinhos-GO, instituição na qual os pesquisadores Fernando da Costa Barbosa e Marcelo Pires da Silva realizarão a pesquisa;
- 10) TCLE's e TALE para pais e alunos/filhos da Escola Estadual Enéias Vasconcelos localizada em Uberlândia-MG, instituição na qual os pesquisadores Porfírio Azevedo dos Santos Júnior e Lucas Aparecido de Castro Oliveira realizarão a pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Neste pedido de emenda foi acrescentada a devida justificativa ao final do documento da Plataforma Brasil (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_1456915_E4), bem como foram apresentados os documentos necessários para atendimento da emenda.

Frente ao relato, recomenda-se a aprovação do presente pedido de emenda, smj deste Comitê.

Considerações Finais a critério do CEP:

Informamos que o Comitê de Ética em Pesquisa/UFG/Regional Catalão considera a presente solicitação de Emenda APROVADA, pois a mesma foi considerada em acordo com os princípios

Endereço: Av Dr Lamartine Pinto de Avelas, nº 1120, Setor Universitário

Bairro: LOTEAMENTO VILA CHAUD

CEP: 75.704-020

UF: GO **Município:** CATALAO

Telefone: (64)3441-7609

E-mail: cep.rc.ufg@gmail.com

Continuação do Parecer: 3.709.330

éticos vigentes. Reiteramos a importância deste Parecer Consubstanciado, e lembramos que o(a) pesquisador(a) responsável deverá encaminhar ao CEP/UFG/RC o Relatório Final, baseado na conclusão do estudo e na incidência de publicações decorrentes deste, de acordo com o disposto na Resolução CNS n. 466/12 e Resolução CNS n. 510/16. O prazo para entrega do Relatório é de até 30 dias após o encerramento da pesquisa, de acordo com o primeiro parecer substanciado de aprovação emitido anteriormente a esta emenda.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_1456915_E4.pdf	25/10/2019 11:42:02		Aceito
Outros	carta_encaminhamento_E4.pdf	21/10/2019 13:57:36	ELIDA ALVES DA SILVA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TermoCompromissoMarcelo.pdf	21/10/2019 13:53:40	ELIDA ALVES DA SILVA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TermoCompromissoLucasAparecido.pdf	21/10/2019 11:43:26	ELIDA ALVES DA SILVA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TermoAnuencia_SubsecretariaMorrinhos.pdf	21/10/2019 11:42:00	ELIDA ALVES DA SILVA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TermoAnuencia_CEPMXavierAlmeida.pdf	21/10/2019 11:41:39	ELIDA ALVES DA SILVA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TermoAnuencia_SuperintendenciaUberlandia.pdf	21/10/2019 11:41:07	ELIDA ALVES DA SILVA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TermoAnuencia_EE_EneiasVasconcelos.pdf	21/10/2019 11:39:22	ELIDA ALVES DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_TALE_TCLEPais_Marcelo.pdf	21/10/2019 11:38:23	ELIDA ALVES DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_TALE_TCLEPais_Lucas.pdf	21/10/2019 11:37:51	ELIDA ALVES DA SILVA	Aceito
Outros	carta_encaminhamento_E3.pdf	31/07/2019 07:59:46	ELIDA ALVES DA SILVA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TermoCompromissoFabricio.pdf	31/07/2019 07:47:32	ELIDA ALVES DA SILVA	Aceito

Endereço: Av Dr Lamartine Pinto de Avelas, nº 1120, Setor Universitário

Bairro: LOTEAMENTO VILA CHAUD

CEP: 75.704-020

UF: GO **Município:** CATALAO

Telefone: (64)3441-7609

E-mail: cep.rc.ufg@gmail.com

Continuação do Parecer: 3.709.330

Declaração de Instituição e Infraestrutura	TermoAnuenciaCoordRegGoiatuba.pdf	31/07/2019 07:47:08	ELIDA ALVES DA SILVA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TermoAnuenciaOrcalinoFernandesGoiatuba.pdf	31/07/2019 07:46:52	ELIDA ALVES DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_TALE_TCLE_Pais_Fabricio.pdf	31/07/2019 07:46:23	ELIDA ALVES DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_TALE_TCLEPais_Cladis.pdf	25/07/2019 15:48:54	ELIDA ALVES DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE_TCLEPais_Gilmar.pdf	25/07/2019 15:48:22	ELIDA ALVES DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_TALE_TCLEPais_Larissa.pdf	25/07/2019 15:47:52	ELIDA ALVES DA SILVA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TermoAnuenciaRegionalBSB.pdf	25/07/2019 15:44:24	ELIDA ALVES DA SILVA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TermoAnuenciaSubsecretariaBSB.pdf	25/07/2019 15:44:06	ELIDA ALVES DA SILVA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TermoAnuenciaJoaquimAraujo.pdf	25/07/2019 15:41:15	ELIDA ALVES DA SILVA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TermoAnuenciaMariaDasDoresCampos.pdf	25/07/2019 15:40:16	ELIDA ALVES DA SILVA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TermoAnuenciaPolivalente.pdf	25/07/2019 15:39:38	ELIDA ALVES DA SILVA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TermoCompromissoLarissaMarta.pdf	25/07/2019 15:38:38	ELIDA ALVES DA SILVA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TermoCompromissoCladisDaniel.pdf	25/07/2019 15:38:12	ELIDA ALVES DA SILVA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TermoAnuenciaCEF07.pdf	25/07/2019 15:37:10	ELIDA ALVES DA SILVA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TermoCompromissoGilmar.pdf	25/07/2019 15:33:45	ELIDA ALVES DA SILVA	Aceito
Outros	carta_encaminhamento_E2.pdf	19/06/2019 10:55:37	ELIDA ALVES DA SILVA	Aceito

Endereço: Av Dr Lamartine Pinto de Avelas, nº 1120, Setor Universitário

Bairro: LOTEAMENTO VILA CHAUD

CEP: 75.704-020

UF: GO **Município:** CATALAO

Telefone: (64)3441-7609

E-mail: cep.rc.ufg@gmail.com

Continuação do Parecer: 3.709.330

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Professores_corrigido.pdf	19/06/2019 09:41:29	ELIDA ALVES DA SILVA	Aceito
Outros	Questionario_Professores.pdf	27/04/2019 15:47:05	ELIDA ALVES DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Professores.pdf	27/04/2019 13:41:48	ELIDA ALVES DA SILVA	Aceito
Outros	Questionario_Alunos_Presidio.pdf	27/04/2019 11:17:17	ELIDA ALVES DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Alunos_Presidio.pdf	27/04/2019 11:15:36	ELIDA ALVES DA SILVA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	termo_compromisso_Naiane.pdf	26/04/2019 16:27:33	ELIDA ALVES DA SILVA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	termo_anuencia_presidio.pdf	26/04/2019 16:16:38	ELIDA ALVES DA SILVA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TermoAnuenciaUnicaldas.pdf	26/03/2019 09:49:54	ELIDA ALVES DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEPais_Instituto_Corrigido.pdf	21/03/2019 19:46:29	ELIDA ALVES DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Caldas_Corrigido.pdf	21/03/2019 19:46:08	ELIDA ALVES DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE_Instituto_Corrigido.pdf	21/03/2019 19:45:14	ELIDA ALVES DA SILVA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TermoAnuenciaInstituto.pdf	02/01/2019 10:45:00	ELIDA ALVES DA SILVA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TermoAnuenciaEscolasCaldasNovas.pdf	02/01/2019 10:43:11	ELIDA ALVES DA SILVA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termo_compromisso4.pdf	19/12/2018 13:54:34	ELIDA ALVES DA SILVA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TermoCompromisso3.pdf	18/12/2018 18:06:51	ELIDA ALVES DA SILVA	Aceito
Outros	Carta_de_encaminhamento.pdf	07/08/2018	ELIDA ALVES DA SILVA	Aceito

Endereço: Av Dr Lamartine Pinto de Avelas, nº 1120, Setor Universitário**Bairro:** LOTEAMENTO VILA CHAUD**CEP:** 75.704-020**UF:** GO **Município:** CATALAO**Telefone:** (64)3441-7609**E-mail:** cep.rc.ufg@gmail.com

Continuação do Parecer: 3.709.330

Outros	Carta_de_encaminhamento.pdf	14:01:57	SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Pesquisa.pdf	07/08/2018 14:00:10	ELIDA ALVES DA SILVA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	07/08/2018 03:31:28	ELIDA ALVES DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_PAIS.pdf	07/08/2018 03:24:09	ELIDA ALVES DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE.pdf	07/08/2018 03:22:21	ELIDA ALVES DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	07/08/2018 03:21:47	ELIDA ALVES DA SILVA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TermoAnuenciaDlaza.pdf	08/06/2018 15:18:39	ELIDA ALVES DA SILVA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TermoAnuenciaSEDUCE.pdf	08/06/2018 15:18:19	ELIDA ALVES DA SILVA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TermoDeCompromisso2.pdf	08/06/2018 15:08:29	ELIDA ALVES DA SILVA	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	17/05/2018 15:50:00	ELIDA ALVES DA SILVA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TermoDeCompromisso.pdf	17/05/2018 15:47:56	ELIDA ALVES DA SILVA	Aceito
Folha de Rosto	FolhaDeRosto.pdf	17/05/2018 15:42:44	ELIDA ALVES DA SILVA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av Dr Lamartine Pinto de Avelas, nº 1120, Setor Universitário

Bairro: LOTEAMENTO VILA CHAUD

CEP: 75.704-020

UF: GO **Município:** CATALAO

Telefone: (64)3441-7609

E-mail: cep.rc.ufg@gmail.com

Continuação do Parecer: 3.709.330

CATALAO, 18 de Novembro de 2019

Assinado por:
Adriana Freitas Neves
(Coordenador(a))

Endereço: Av Dr Lamartine Pinto de Avelas, nº 1120, Setor Universitário
Bairro: LOTEAMENTO VILA CHAUD **CEP:** 75.704-020
UF: GO **Município:** CATALAO
Telefone: (64)3441-7609 **E-mail:** cep.rc.ufg@gmail.com